

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE MEDICINA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DA
VIOLÊNCIA

MARCELO RODRIGUES BATISTA

**CAMINHOS DE PAPEL: PROPOSTA E ANÁLISE DE AÇÃO EDUCATIVA DE
RESSIGNIFICAÇÃO DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES
SOCIALMENTE VULNERÁVEIS**

Belo Horizonte

2024

MARCELO RODRIGUES BATISTA

**CAMINHOS DE PAPEL: PROPOSTA E ANÁLISE DE AÇÃO EDUCATIVA DE
RESSIGNIFICAÇÃO DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES
SOCIALMENTE VULNERÁVEIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do grau de Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência.

Linha de Pesquisa: As múltiplas faces da violência e seu impacto para a saúde das pessoas e populações.

Orientador: Dra. Adriana de Souza Medeiros Batista.

BELO HORIZONTE

2024

Batista, Marcelo Rodrigues.
B333c Caminhos de papel [recursos eletrônicos]: proposta e análise de ação educativa de ressignificação da trajetória de vida de adolescentes socialmente vulneráveis. / Marcelo Rodrigues Batista. - - Belo Horizonte: 2024.
67f.: il.
Formato: PDF.
Requisitos do Sistema: Adobe Digital Editions.

Orientador (a): Adriana de Souza Medeiros Batista.
Área de concentração: Promoção da Saúde e Prevenção da Violência.
Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina.

1. Adolescente. 2. Educação. 3. Literatura. 4. Apoio Social. 5. Medida Socioeducativa. 6. Dissertação Acadêmica. I. Batista, Adriana de Souza Medeiros. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. III. Título.

NLM: HM 741

Bibliotecário responsável: Fabian Rodrigo dos Santos CRB-6/2697



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

FACULDADE DE MEDICINA - CENTRO DE PÓS GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA/MP

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Às **nove** horas do dia seis de junho de dois mil e vinte quatro, modo online - na plataforma lifesize - da Faculdade de Medicina - UFMG, realizou-se a sessão pública para a defesa de dissertação de **MARCELO RODRIGUES BATISTA**, número de registro **2021724713**, graduado no curso de LETRAS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em **PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**. A Presidência da sessão coube a Prof.^a Graziella Lage Oliveira - Coorientador (UFMG). Inicialmente a Presidente após dar conhecimento aos presentes sobre o teor das Normas Regulamentares do trabalho final de Pós-Graduação, fez a apresentação da Comissão Examinadora, assim, constituída pelos Professores: Prof. Luiz Paulo Ribeiro (UFMG), e Prof.^a Karla Fernandes Cipreste (UFPR). Em seguida a Presidente autorizou o aluno a iniciar a apresentação de seu trabalho final intitulado: "**CAMINHOS DE PAPEL: PROPOSTA E ANÁLISE DE AÇÃO EDUCATIVA DE RESSIGNIFICAÇÃO DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES SOCIALMENTE VULNERÁVEIS**". Seguiu-se a arguição pelos examinadores e logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença do candidato e do público e decidiu considerar a defesa de dissertação APROVADA. O resultado final foi comunicado publicamente ao aluno pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, após lida, será assinada eletronicamente por todos os membros da Comissão Examinadora presente através do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) do Governo Federal.

Belo Horizonte, 06 de junho de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Karla Fernandes Cipreste, Usuário Externo**, em 10/06/2024, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Graziella Lage Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 10/06/2024, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo Ribeiro, Professor do Magistério Superior**, em 10/06/2024, às 18:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3269115** e o código CRC **F1358711**.

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a todas as crianças e adolescentes que me deram a oportunidade de fazer parte de suas vidas, ainda que por um curto espaço de tempo e, com isto, ver e acreditar sempre que existe sim possibilidade de se ressignificar apesar das adversidades que a vida nos impõe.

AGRADECIMENTO

À Deus, Senhor, desde o início estive presente nesta caminhada, glorificou nesta vitória e amparou nos momentos difíceis. Venho agora agradecer-te e louvar-te por todas as alegrias, amizades, os conhecimentos adquiridos, enfim, pela vida. Obrigado Deus pela grandeza dessa conquista, por ter criado a vida e nos oferecer oportunidade de melhorarmos eticamente, moralmente e intelectualmente.

À minha esposa Adriana pelo amor, dedicação, companheirismo, carinho e apoio, eu amo você, Clarinha minha filha presente de Deus em minha vida, te amo!

À minha família por me ajudarem em todos os momentos, mãe e papai por nunca deixarem de acreditar em mim, Luciene e Rosemeire por existirem, amo vocês!

In memoriam ao Eder, um grande exemplo de tudo que devemos ser, eu sinto sua falta todos os dias da minha vida, te vejo do outro lado.

A todos os meus professores, em especial Dra. Elza a quem tenho muito carinho. Obrigado a todos vocês por despertar em mim o gosto pelos estudos, pois está nesses profissionais a chave de um desenvolvimento acadêmico satisfatório e, por isso, merecem todo nosso respeito e desejo para que se tornem mais valorizados nesse país.

Aos colegas de curso que juntos fomos nos apoiando aqui e ali em nossas limitações e dificuldades, mas cada um com a certeza do que podemos ser se não desistirmos, se investirmos. Especialmente ao Helton meu grande amigo; à Elis Regina e à Elisângela, ambas com paciência e humildade durante as caronas, nas idas e vindas para o curso ou nos trabalhos, pudemos compartilhar experiências de vida profissional que jamais esquecerei. Elisângela, inclusive, nunca poderei expressar tamanha gratidão e admiração pela ajuda e dedicação a que dispensou em ajudar meu pai nos cuidados com a saúde, não há palavras para tamanha gratidão, muito obrigado!

“Liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta, não há ninguém que explique e ninguém que não entenda”.

Romanceiro da Inconfidência (1953).

Cecília Meireles

RESUMO

A presente dissertação traz um relato de experiência focado no adolescente que vive em regiões de grande vulnerabilidade social, estando sujeito a violências determinantes da trajetória de vida, em especial para envolvimento com ato infracional. Teve por objetivo constituir metodologia de abordagem deste público, através de recursos didáticos baseados na linguagem e expressões lúdicas. Foi desenvolvida inicialmente em centro socioeducativo, com adolescentes em cumprimento de medida em regime fechado, com atividade voltada na constituição de um livreto. A mesma foi repetida em escola quilombola, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especial da Assistência Social (CREAS), com adolescentes em situação de vulnerabilidade social e cumprindo medida socioeducativa em regime aberto, respectivamente. Aborda-se a metodologia desenvolvida na construção coletiva de uma história que remete a uma viagem, registrada em diário de bordo, transformada em livreto, com ilustração baseada em origamis. Traçou-se um comparativo entre as produções oriundas dos quatro cenários. A ação educativa foi configurada no escopo da proposta teórico-metodológica das relações alteritárias construída pelo Círculo de Bakhtin. Está estruturada em discussão acerca do papel da escola e da assistência social, como parte da rede de proteção à criança e ao adolescente. Teve como aporte teórico a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire e o uso da literatura para abertura dos adolescentes ao mundo simbólico, de Joana Cavalcanti. Através do percurso de execução da ação foi possível vislumbrar diferenças na percepção das relações estabelecidas entre o Estado (instituições) e os adolescentes da escola e CRAS (proteção), com os em cumprimento de medida socioeducativa (desconfiança). As atividades instigaram o olhar sobre a Literatura, o livro e os próprios adolescentes, valorizados enquanto autores da própria história.

Palavras-chave: Adolescente. Educação. Literatura. Assistência Social. Sistema Socioeducativo.

ABSTRACT

The present dissertation brings an experience report focused on the adolescent who lives in regions of great social vulnerability, being subject to violence that determines the trajectory of life, especially for involvement with an infraction. It aimed to establish a methodology for approaching this public, through didactic resources based on language and playful expressions. It was initially developed in a socio-educational center, with adolescents serving a measure in a closed regime, with an activity focused on the creation of a booklet. The same was repeated in a *quilombola* school, Reference Center for Social Assistance (CRAS), Special Reference Center for Social Assistance (CREAS), with adolescents in situations of social vulnerability and fulfilling socio-educational measures in an open regime, respectively. It discusses the methodology developed in the collective construction of a story that refers to a trip, recorded in a logbook, transformed into a booklet, with illustration based on origami. A comparison was made between the productions from the four scenarios. The educational action was configured within the scope of the theoretical-methodological proposals of alterity relations constructed by the Bakhtin Circle. It is structured around a discussion about the role of the school and social assistance as part of the child and adolescent protection network. Its theoretical support was Paulo Freire's Pedagogy of the Oppressed and the use of literature to open up adolescents to the symbolic world, by Joana Cavalcanti. Through the execution of the action, it was possible to glimpse differences in the perception of the relationships established between the State (institutions) and teenagers at school and CRAS (protection), with those in compliance with socio-educational measures (distrust). The activities instigated a look at Literature, the book and the teenagers themselves, valued as authors of their own history.

Keywords: Adolescent. Education. Literature. Social assistance. Socio-Educational System.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Registro fotográfico do último dia de encontro no CRAS Bom Destino	31
Figura 2 Trabalho de grafiteagem na temática do projeto realizado no CREAS.....	32
Figura 3 Escola estadual “Padre João de Santo Antônio”, Pinhões, Santa Luzia/MG	32
Figura 4 Oficina de grafite desenvolvido no CREAS como desdobramento da ação “Caminhos de Papel”	46
Figura 5 Planejamento da atividade “Caminhos de Papel”, primeira etapa	47
Figura 6 Livretos produzidos na escola como parte da ação educativa “Caminhos de Papel”	48
Figura 7 Planejamento da atividade “Caminhos de Papel”, segunda etapa	48
Figura 8 Origamis produzidos para ilustrar a história construída na ação “Caminhos de Papel”	51
Figura 9 Origamis produzidos para representar obstáculos no CRAS (esquerda) e no CSE (direita)	53

LISTA DE ABREVIATURAS

CAAE – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especial da Assistência Social
CSE – Centro Socioeducativo
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FM – Faculdade de Medicina
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LA – Liberdade Assistida
MSE – Medida Socioeducativa
ONG – Organização não Governamental
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PSC – Prestação de Serviço à Comunidade
SEJUSP – Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
SGD – Sistema de Garantia de Direitos
SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUASE – Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo
UDH – Unidade de Desenvolvimento Humano
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA	16
1.2 OBJETIVOS	18
1.2.1 Objetivo geral	18
1.2.2 Objetivos específicos.....	19
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1 A LITERATURA E A PEDAGOGIA DA LIBERTAÇÃO	23
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	26
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se desenvolveu através da proposta e avaliação de uma ação educativa, vinculada a extensão universitária no âmbito da promoção de saúde, contextualizada para diferentes projetos da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (FM-UFMG) em atuação com adolescentes socialmente vulneráveis. Teve como público-alvo adolescentes em diferentes contextos sociais: em centro socioeducativo, na escola e em equipamentos públicos da assistência social. A ação teve como princípio o uso de materiais de manuseio prático e de representatividade visual como linguagem para comunicação. Neste sentido, foram utilizadas contação de história e a produção de um livreto, ilustrado através de origamis. A temática desenvolvida teve foco no sentido de trajetória, para reflexão sobre a vida. Pretendeu-se proporcionar abertura de fala e de simbolização, fortalecendo a representação de si mesmo e do mundo, de forma pessoal e de forma coletiva.

A ação foi apresentada aos adolescentes enquanto objetivo de construção coletiva de uma história, pautada em temas que remetem a uma viagem. Através dos passos propostos nessa construção, esperou-se proporcionar aos grupos contexto de expressão livre de sentimentos e percepções. A história produzida teve início com uma reflexão sobre liberdade, e o primeiro detalhe a ser escolhido foi o meio de transporte. Escolheu-se o que levar na viagem, quem levar, indo ou não sozinho, quem os guiaria, as expectativas quanto à jornada. Em um segundo momento, trabalhou-se o meio do caminho, ou seja, desafios e a força que cada um encontra para enfrentá-los. O terceiro momento focou na chegada, o que se concluiu com a trajetória, o que se espera do retorno.

Trabalharam-se conceitos relativos à vida, associada ou não a alguma realização prática e anseios pessoais, sonhos diferenciados de metas e objetivos. Buscou-se identificar valores e apegos, sejam familiares, de amizade ou institucionais. Esperou-se por compartilhamento de um pouco da vida pessoal de cada um, quando discutidos os obstáculos e as qualidades que acreditavam ter para enfrentá-los. Ao final, a produção concreta de um livreto procurou estabelecer uma ligação entre os membros de cada grupo, ao mesmo tempo em que buscou valorizar a individualidade e as identidades.

A ação educativa foi a base da pesquisa que teve por foco avaliar a efetividade desta abordagem em proporcionar aos adolescentes expressão livre das suas concepções de vida, que embasam atitudes e escolhas. Estabeleceu-se uma análise comparativa, levando em consideração diferentes situações de vulnerabilidade social a que estão sujeitos, no ambiente escolar e em condições de proteção social, além de como indivíduos em conflito com a lei. Assim, a pesquisa esteve voltada aos aspectos metodológicos do trabalho desenvolvido nas ações de extensão, através da análise do produto oriundo do mesmo, ou seja, do livreto e de

como este poderia ser considerado enquanto representação desses adolescentes na escola, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especial da Assistência Social (CREAS) e Centro Socioeducativo (CSE). A ação foi considerada no escopo da proposta teórico-metodológica das relações alteritárias construída pelo Círculo de Bakhtin. Neste sentido, na criação de uma história, procurou-se pela presença do Eu e o Outro, assim como o meio social (CAMARGO JUNIOR, SOUZA, SILVA, 2020, p. 2).

O Círculo de Bakhtin se refere ao grupo de estudiosos com os quais Bakhtin (1985) trabalhou e discutiu suas ideias. Esse círculo incluía pensadores como Voloshinov e Medvedev. Eles exploraram a natureza da linguagem, a relação entre autor e leitor, a polifonia na Literatura e a importância do contexto social e cultural na compreensão de textos. Para Bakhtin linguagem não é simplesmente uma ferramenta de análise, mas também uma relação entre o que é observado e o observador. “Bakhtin e seus colegas desenvolveram uma série de estudos que construíram pontes e quebraram paradigmas, ao oferecerem um olhar para o Outro, como forma de melhor compreensão mútua” (CAMARGO JUNIOR, SOUZA, SILVA, 2020, p. 2). Para este trabalho os conceitos de polifonia e heteroglossia foram considerados relevantes, uma vez que foi analisada uma obra produzida por muitos (o livreto), enquanto representação de um coletivo através da Literatura. Assim como, porque os adolescentes se tornaram autores, mas, também, os principais leitores de sua própria obra.

Para mostrar como a Literatura produzida pelos adolescentes inspira a compreensão da teoria de Bakhtin, procurou-se examinar como as vozes múltiplas e os diferentes pontos de vista interagiram dentro do texto, como os autores construíram ações e personagens e como se envolveram com esses elementos. Além disso, buscou-se uma interpretação da obra enquanto transfiguração das preocupações e das experiências de vida dos adolescentes. Neste sentido, a teoria de Bakhtin auxiliou a compreender como essas vozes e perspectivas estiveram representadas e como os adolescentes se relacionaram com essas narrativas. Ou seja, partindo das ideias de Bakhtin à interpretação da Literatura produzida pelos adolescentes foi possível enriquecer a análise crítica da mesma, ajudando a entender como a dialogia, a polifonia e as vozes múltiplas se manifestaram nas histórias e como essas narrativas puderam ser consideradas enquanto representativas dos adolescentes participantes.

O estudo envolveu alunos cursando o Ensino Médio na escola quilombola “Padre João de Santo Antônio” (Santa Luzia – MG); adolescentes frequentadores do CRAS Bom Destino (Santa Luzia – MG); adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no CREAS São Benedito (Santa Luzia – MG); e Centro Socioeducativo Lindeia (Belo Horizonte – MG). Enquadrou-se como pesquisa qualitativa experimental, observacional e de intervenção sendo, portanto, exploratória. Neste sentido, tratou-se de um processo de triangulação de dados

oriundos do produto da ação de extensão (livreto) e observação participante, considerando atuação de uma equipe multidisciplinar junto aos projetos de extensão vinculados. Pretendeu-se contribuir com novas estratégias de abordagem do adolescente em condições de vulnerabilidade, para promoção da saúde e prevenção da violência em seus diversos ambientes sociais.

1.1 Justificativa e problema

A ideia base da produção do livreto se deu, primeiramente, no trabalho junto aos adolescentes do CSE. Neste cenário a ação de extensão universitária foi iniciada em 2019 com adolescentes em conflito com a lei, originada de demanda específica do enfrentamento da ideação suicida em unidade de internação socioeducativa. Com o isolamento necessário ao enfrentamento da pandemia por Covid-19 houve restrição de acesso aos adolescentes. Por isso, no início de 2020 as visitas da equipe de acadêmicos, responsável pelo projeto de extensão, foram interrompidas, reiniciando em 2021 com encontros virtuais mediados por equipamento de videoconferência.

No entanto, percebeu-se, desde o primeiro encontro virtual, que seria um desafio conduzir atividades de promoção da saúde em um contexto em que os adolescentes ouviam bem, porém não eram ouvidos com boa definição. Inferiu-se que o sistema de videoconferência não foi pensado para ações dialógicas. Para superar esta dificuldade foi desenvolvida a estratégia de comunicação mediada pela linguagem e produção de origamis, compondo a história que culminou na criação do livreto. Levou-se em consideração a Literatura como “grande metáfora da vida e do homem. Sendo assim, é sempre surpreendente, uma maneira nova de se apreender a existência e instituir novos universos” (CAVALCANTI, 2014, p.13).

Entre os desafios para constituição da atividade esteve tanto as de comunicação por intermédio da tecnologia quanto o comportamento arredo dos adolescentes, os quais sempre manifestaram dificuldades em compartilhar sentimentos e ideias. Por isso, a criação de uma história fictícia veio com a intenção de ampliar o mundo simbólico dos adolescentes, para que pudessem se expressar de maneira menos explícita, preservar a intimidade e fortalecer os vínculos entre eles e a equipe. Neste sentido, apoiou-se na contação de história através das palavras e pela representação por origamis pois, “Literatura se faz da palavra e além dela. Algo não possível de dizer, ausente no espaço vazio das entrelinhas, pronto para fazer-se presente no sentido inesgotável” (CAVALCANTI, 2014, p. 16).

Segundo Cavalcanti (2014) “a palavra é o fio condutor que nos permite traçar caminhos de integração entre a Literatura e o psiquismo humano” (CAVALCANTI, 2014, p. 17).

Acreditando na força da expressão pela escrita como forma de acessar os processos psíquicos dos adolescentes, procurou-se fundamentar bases para superação dos sofrimentos causados pelo isolamento e, em especial, as ideações suicidas. Além disso, buscou-se um caminho para ressignificação da vida dos adolescentes, dentro dos preceitos pedagógicos do sistema socioeducativo (BRASIL, 2006). Considerou-se a construção da história enquanto entrada no mundo simbólico que viria a viabilizar “o sentido da linguagem como ponto máximo do processo de humanização, como também tecer um fio que vai provocar a descoberta de uma realidade capaz de ser narrada e transformada” (CAVALCANTI, 2014, p. 20).

Apropriando-se do simbólico, a Literatura é expressão artística que serve como meio de catarse e sublimação para os anseios, angústias, conflitos e buscas do homem. Faz então emergir uma liberdade de espírito, algo como deixar acontecer as coisas do mundo, sem o compromisso da culpa. Mas está para além da catarse e da sublimação, porque é capaz de tornar-se a própria vida. Por isso não podemos perder de vista o caráter do literário como fazendo parte do poético, objeto de um trabalho realizado no jogo de palavras, ritmo, sonoridade que já compõem e criam uma realidade própria, embora esteja sobretudo em busca de instaurar outras realidades (CAVALCANTI, 2014, p. 20).

Com base nas concepções teóricas e proposta de ação pedagógica de Cavalcanti (2014) foi construída a estratégia de elaboração do livreto que teve como título principal “A Jornada”. O mesmo veio a ser proposto enquanto símbolo da expressão de si para cada um dos adolescentes envolvidos. Assim, a construção do livreto, enquanto um produto, transformou cada adolescente em um autor, com todas as consequências vindas desta autoria. Seguindo as considerações de Cavalcanti “a experiência simbólica experimentada no texto literário já justifica a sua utilização, pois a “função essencial do conto na educação é dar alegria, na alegria e pela alegria, exercitar e alimentar o espírito” (CAVALCANTI, 2014, p. 77).

A obra não foi construída diretamente no papel, mas na fala, na representação por origamis, pela fotografia e, por fim, pela junção de cada parte em um todo, expresso tanto digital como fisicamente. Os adolescentes foram, por outro lado, os principais leitores dos próprios livros e isso também foi válido enquanto ao propósito do compartilhamento entre eles e o necessário apoio que estabeleceram para superarem juntos as restrições do isolamento. O livreto, neste contexto, foi produzido com diversos fins e alcançou diferentes objetivos. Saiu de uma esfera conceitual bastante restrita e inimaginável ao público de adolescentes em conflito com a lei enquanto autores para a representação simbólica da vida em reclusão.

Da produção do livreto surgiu o esforço de pesquisa, justificada no questionamento quanto a efetividade da metodologia adotada junto aos adolescentes e dos processos didáticos constituídos. Para isso, buscou-se ampliar o cenário de estudo com a reaplicação da atividade a outros adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Isso porque a

adolescência é uma fase crítica de reflexão sobre si, momento em que o contexto social pode ser determinante na construção de perspectivas de vida que determinam escolhas.

A adolescência corresponde à quinta crise normativa, definida em torno do conflito entre identidade e difusão de papéis. Segundo Carvalho (1996), é uma etapa que impele o indivíduo a uma redefinição da própria identidade, ao avaliar sua inserção no plano espaço-temporal, integrando o passado, com suas identificações e conflitos, ao futuro, com suas perspectivas e antecipações. Erikson insiste na necessidade de o adolescente fazer uma integração de seu passado e futuro, através de um processo de recapitulação e antecipação (OLIVEIRA, 2006, p. 428).

Assim, considerou-se como problema de pesquisa a dificuldade de se estabelecer diálogo com o público de adolescentes para troca franca de experiências e ideias, dificuldade vinculada ao comportamento arredo dos mesmos frente às figuras de autoridade e/ou instituições formais. No entanto, entende-se como necessária intervenção pautada na reflexão sobre trajetória de vida, em especial com adolescentes em um entorno social vulnerável. Isso para contribuir na adoção de uma postura crítica diante da conjuntura socioeconômica, em consideração ao propósito de desvelamento das situações de opressão, em ressonância com a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire.

A ampliação dos cenários de estudo, entre a escola, CRAS, CREAS e CSE, trouxe ainda a possibilidade de se discutir a relação estabelecida entre os adolescentes e estas instituições, enquanto parte da rede de proteção da criança e do adolescente. Adicionou a possibilidade de vislumbrar este relacionamento dentro da perspectiva do acompanhamento do Estado, enquanto instituições, junto aos adolescentes que crescem em regiões de grande vulnerabilidade social. Neste sentido, o trabalho se justifica na proposição e avaliação de uma metodologia de abordagem do adolescente e os benefícios de se estabelecer este contato em formato de ação dialógica.

1.2 Objetivos

Este estudo propõe atender ao objetivo geral e aos objetivos específicos a seguir.

1.2.1 Objetivo geral

Desenvolver e avaliar metodologia de abordagem do adolescente socialmente vulnerável, em diferentes meios sociais: escola, equipamentos da assistência social e centro socioeducativo; observando-a enquanto processos didáticos para a condução de reflexão crítica sobre a vida, resultando em expressão franca de sentimentos e ideias.

1.2.2 Objetivos específicos

- Desenvolver metodologia de abordagem do adolescente através da construção coletiva de uma história e produção de livreto com temática voltada ao sentido de trajetória;
- Aplicar a proposta metodológica com grupos de adolescentes em diferentes meios sociais: na escola, CRAS, CREAS e CSE;
- Observar o processo de construção da história coletiva com atenção à convergência de ideias e representações simbólicas estabelecidas, para embasar estudo das múltiplas vozes presentes na obra final;
- Avaliar, através da observação participante em conversas estabelecidas nos encontros voltados para produção da história coletiva, a relação que os adolescentes estabelecem com o meio em que se encontram no momento da atividade e instituições relacionadas: escola, CRAS, CREAS, CSE;
- Realizar uma avaliação comparativa dos livretos em relação ao contato dos adolescentes com a violência, o entorno violento e os locais em que os adolescentes os produziram: escola, CRAS, CREAS, CSE;
- Avaliar a efetividade da metodologia proposta em intermediar a simbolização pela Literatura, através da investigação das representações estabelecidas.

1.3 Estrutura da dissertação

Esta dissertação traz uma estrutura que se divide em uma primeira parte introdutória, seguida do referencial teórico que norteou a concepção do trabalho, das metodologias adotadas e, por fim, os resultados e considerações finais. Os resultados são apresentados na forma de um artigo publicado na Revista Diversidade e Educação (v.11, n.1, p. 230-256, 2023. Doi: 10.14295/de.v11i1.15371, E-ISSN: 2358-8853).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os adolescentes que vivem em regiões vulneráveis enfrentam uma série de desafios devido às suas circunstâncias ambientais e socioeconômicas. A vulnerabilidade social se refere à falta de recursos econômicos, educacionais, sociais e de saúde que tornam uma pessoa ou grupo mais suscetível às adversidades. Uma realidade, por exemplo, é que adolescentes socialmente vulneráveis enfrentam frequentemente uma maior exposição à violência, que pode assumir várias formas, desde atos concretos até a própria condição de vida a que estão sujeitos. A vulnerabilidade social pode ter um impacto significativo na trajetória de vida dos adolescentes, uma vez que seu cotidiano, muitas vezes, é marcado por obstáculos e confrontos. Neste contexto, estão sujeitos a uma série de fatores de risco que podem contribuir para o envolvimento em atos infracionais (OLIVEIRA *et al.*, 2020, p.2). Um ato infracional é um comportamento cometido por um adolescente que, por sua idade, se fosse praticado por um adulto, seria considerado crime, ou seja, análogo a ele. Os adolescentes em situação de vulnerabilidade social podem enfrentar reveses que aumentam sua probabilidade de cometer atos infracionais (GUIMARÃES, 2023).

A rede de proteção à criança e ao adolescente é um sistema integrado de políticas, serviços e ações que visa garantir bem-estar dos mesmos, a proteção e o pleno desenvolvimento, bem como a promoção de seus direitos, especialmente em situações de vulnerabilidade, risco ou violação (ALBUQUERQUE, ALBERTO, 2023). Neste sentido, está articulado ao Sistema de Garantia dos Direitos (SGD) estabelecido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Esta rede é composta por uma variedade de atores e instituições que colaboram entre si. Entre eles estão a escola e os equipamentos da assistência social, que desempenham papéis fundamentais. O sentido de proteção se dá desde ao propósito de se evitar que adolescentes sejam vítimas de violência, quanto a se tornarem perpetradores de atos infracionais. Nas regiões de grande vulnerabilidade social há uma linha tênue subjetiva entre a proteção e a vigilância.

Sob uma perspectiva de vigilância do Estado em relação aos adolescentes em conflito com a lei, pode-se considerar, entre outras, a que se refere ao conjunto de medidas e ações que as autoridades estatais adotam para monitorar, supervisionar e aplicar medidas socioeducativas a adolescentes que cometeram atos infracionais. Podemos entendê-la como parte do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) que é um conjunto de normas e diretrizes estabelecidas no Brasil para a regulamentação e gestão do sistema de atenção a adolescentes que cometem ato infracional (PEIXOTO, 2021). O Sinase se baseia no princípio de que estes adolescentes devam receber um tratamento que promova sua reinserção social, sua educação e seu desenvolvimento pessoal. Tem como objetivo garantir

que sejam acompanhados, com foco na sua reintegração à sociedade e em evitar a reinteração (MEDEIROS, 2020).

Nos ambientes onde prevalece a violência e privações de direitos as instituições que ora protegem, eventualmente vigiam, em um conjunto complexo de olhares sobre os adolescentes em seu meio social. Este contexto dialoga com a obra "Vigiar e Punir" do filósofo e sociólogo francês Michel Foucault. O livro tem o título completo "Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão" e foi publicado pela primeira vez em 1975. É uma obra importante no campo da teoria social e da criminologia e tem tido uma influência significativa na compreensão das instituições de proteção e controle social. O livro aborda a história da proteção e do sistema penal na sociedade ocidental, desde os métodos brutais de proteção física no passado até a evolução das prisões como um meio de controle social (FOUCAULT, 2014).

Foucault examina como as formas de proteção e controle social mudam ao longo do tempo, influenciadas por mudanças culturais, políticas e sociais. Entre alguns dos principais conceitos e temas discutidos em "Vigiar e Punir" inclui o argumento de que a sociedade moderna desenvolveu métodos sutis e eficazes de controle social, baseados na disciplina e na vigilância. Descreve como instituições como escolas, fábricas e prisões aplicam métodos disciplinares para moldar o comportamento das pessoas.

No entanto, a obra de Foucault não é utilizada como base teórica fundamental deste trabalho porque, embora seus conceitos e ideias possam ser aplicados à compreensão das dinâmicas sociais relacionadas aos adolescentes, inclusive quanto à dinâmica do poder e controle na sociedade, o autor não direcionou estudos especificamente para os adolescentes e o campo da educação popular. Sua análise das instituições e práticas sociais podem ser aplicadas para entender como o poder é exercido sobre os adolescentes, seja na família, na escola ou em instituições sociais (VARELA, 2023). No entanto, por este estudo ter sido desenvolvido através de uma ação educativa, trabalhou-se dentro da perspectiva das relações de opressão e pedagogia social propostas por Paulo Freire, colocando os adolescentes na posição de oprimidos por um sistema de controle que protege, mas também julga e discrimina (FREIRE, 1987).

Freire destacou a necessidade de alfabetização não apenas como um conjunto de habilidades básicas de leitura e escrita, mas também como um processo de conscientização crítica. A pedagogia proposta por Freire também promoveu a ideia de educação popular, na qual a educação não é imposta de cima para baixo, mas é coletivamente construída e contextualizada (FREIRE, 1987). Em consideração à educação popular temos outros cenários além da escola, para se promover a educação em busca de alguma transformação social e a emancipação dos oprimidos. Desta forma, deu origem ao campo da pedagogia social, que

examina criticamente as estruturas de poder na educação e busca promover a justiça social e a equidade (FERREIRA, MACHADO, LYRA, 2019).

A “Pedagogia do Oprimido”, livro escrito por Paulo Freire e publicado pela primeira vez em 1968, é uma obra seminal na área da educação e tem tido uma influência significativa na produção da Literatura educacional e pedagógica ao longo dos anos. Apresenta uma abordagem crítica da educação, focando na libertação dos oprimidos e na transformação social. A obra introduziu o “Método Paulo Freire”, que enfatiza a importância do diálogo, da conscientização crítica e da participação ativa no processo de aprendizado. Em vários países essa abordagem se tornou uma das bases referenciais sobre a produção do conhecimento em pedagogia e métodos de ensino (FREIRE, 1987).

A teoria da ação educativa de Paulo Freire enfatiza a importância da reflexão e da ação como parte integrante do processo educacional. Defende uma abordagem crítica da educação que busca libertar os oprimidos, capacitando-os a compreender e transformar seu mundo (FREIRE, 1987). Para este trabalho, os fundamentos da pedagogia de Freire foram utilizados na concepção metodológica da ação educativa com os adolescentes, concebida de maneira a provocar questionamentos, discussões e reflexões sobre trajetória de vida, questões sociais, políticas e culturais.

Como a pedagogia freiriana valoriza o diálogo e a participação ativa no processo educacional, pensou-se nos adolescentes não só como leitores críticos, mas também como autores. Neste sentido, caminha com os propósitos de empoderamento dos oprimidos, dando-lhes uma voz ativa em seu próprio processo de aprendizado e descoberta de si no mundo (FREIRE, 1987). Assim, dentro desta lógica, propuseram-se personagens que enfrentam desafios e superam obstáculos, inspirando-os a acreditar em seu próprio poder de mudança. Freire enfatiza a importância de compreender o contexto cultural em que os aprendentes vivem. A constituição da própria história possibilita incorporar elementos da cultura local ou global, permitindo que os adolescentes se identifiquem, ao mesmo tempo em que os desafia a considerar diferentes perspectivas culturais.

Naves (2019) desenvolveu um trabalho no contexto da educação popular no qual foi analisado como as atividades artísticas, desenvolvidas em uma Organização Não Governamental (ONG) que trabalha com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, se relacionam com as variadas experiências dos participantes e o desencadear de posicionamentos éticos. Foi executado através da realização de sete encontros, vídeo-gravados, utilizando o procedimento de roda de conversa mediada por filmes, desenhos e poesias. Foi evidenciado que a participação em atividades relacionadas com a arte difere significativamente das ações que realizam no cotidiano, gera aprendizagens e oportunidades com as quais, antes, estas crianças e adolescentes não tinham contato.

Discute o processo de mediação estética promovida por meio da imaginação, a expansão da experiência. Sinaliza como potencial do processo: a experiência estética, a compreensão de regras e normas, o questionamento de padrões, valores, concepções e posicionamentos éticos (NAVES, 2019).

Especificamente com adolescentes autores de atos infracionais, Da Silva (2019) descreve a experiência no Núcleo de Medidas Socioeducativas de Internação Masculina (CESEIN), em Macapá, que teve o objetivo de subsidiar amenização do sofrimento psíquico dos socioeducandos na instituição. Baseou-se na escuta grupal, manejo da expressão mediada por vivências psíquicas e corporais pela teatralização. Aponta para a promoção de sensibilização para reflexão, gerando possibilidade de ressignificação do sofrimento (DA SILVA, 2019).

2.1 A Literatura e a pedagogia da libertação

A pedagogia da libertação de Paulo Freire é uma abordagem crítica da educação que se concentra na emancipação, na justiça social e na conscientização dos indivíduos. Um conceito central da proposta é a "conscientização" (ou "conscientização crítica"). Isso envolve uma capacidade de confiar, questionar e superar estruturas de poder, opressão e desigualdade na sociedade. A conscientização é vista como um processo pelo qual o indivíduo se torna crítico e ativo na transformação de sua própria realidade. Neste sentido, a proposta da produção de uma história configurada em livreto traz possibilidades de desvelamento das situações de opressão e de superar as dificuldades de expressão do que se sente neste processo (FREIRE, 1987).

Segundo Cavalcanti (2014) "o texto literário é mais que suas estruturas discursivas" e, por isso, pode ser utilizado como elo com a realidade trazendo a possibilidade de sentido ao se adentrar nas construções do imaginário.

A linguagem é transgressiva porque fala diretamente do nosso desvio da natureza e, conseqüentemente, de nossa entrada no simbólico. Ela é o homem, diz do homem. Portanto, não poderia ser de outra forma; e se o texto literário tem como material básico para a sua construção, a palavra, então quando estamos diante de um texto, estamos diante da criação viva de novas realidades (CAVALCANTI, 2014, p. 14).

Assim considerada a linguagem como possibilidade de expressão da realidade, pode ser também pensada enquanto transformadora da mesma. Ao criar uma história nos expressamos nela, mas também criamos além da realidade formal, projetando expectativas. Esse trabalho de fabulação pode ser bastante instigante para o adolescente porque, em geral,

não se expressam com facilidade, pela falta de definição clara do que se deseja transparecer ao outro, uma forma defensiva de se relacionar com o mundo que somente começaram a compreender. A produção textual vinda de grupos de adolescentes pode ser avaliada de diversas formas quando se considera o “semantismo do imaginário” como anterior ao “pensar racionalizado”, no qual “a estrutura narrativa possibilita um universo de significância” (CAVALCANTI, 2014, p. 15).

Quando definida como ação educativa e dialógica, propor a produção de obra literária é considerar a palavra como “fio condutor que nos permite traçar caminhos de integração entre a Literatura e o psiquismo humano” (CAVALCANTI, 2014, p. 17). Dentro da busca pelo desvelamento das opressões que aprisionam e limitam, o texto literário se apresenta como metáfora do real, “mas também do existir presentificado pela linguagem, por isso transgride, rompe, revela, multiplica e (re-)significa” (CAVALCANTI, 2014, p. 37). No que a atividade da criação de histórias pode ser colocada enquanto foco de pesquisa, tem-se a pretensão de um “estudo que revele e amplie a dimensão do literário para além daquilo que chamamos de literariedade” (CAVALCANTI, 2014, p.40).

Se o texto literário é mais do que representação, porque constitui-se como metáfora da vida, então precisamos direcionar nossas pesquisas buscando aquilo que não está dito, explícito, mas latente no hiato das entrelinhas, produzindo novos trajetos entorno do sujeito leitor. A nossa investigação vai em busca principalmente da capacidade estética e metafórica da palavra quando utilizada pela Literatura como ponto gerador de novas sensibilidades. (...) A Literatura como toda forma de pensamento, de arte, de expressão tem uma energia própria; essa energia emana e pulsa por meio da palavra, que, antes de ser palavra qualquer, é expressão máxima da capacidade de representação, metáfora da vida e do homem que se constitui na relação autor-texto-leitor (CAVALCANTI, 2014, p. 41)

Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997) contribui com a visão do fazer literário enquanto dialógico. Este filósofo e crítico literário liderou o chamado de Círculo de Bakhtin, também conhecido como Escola de Bakhtin. Formada por um grupo de pensadores e críticos literários russos, centravam-se na teoria da linguagem, na estética e na literatura. Suas ideias se centravam nos conceitos de dialogismo e polifonia. Quanto ao dialogismo, Bakhtin considerava a linguagem como inerentemente dialógica, porque entre a escrita e a leitura sempre implica um diálogo entre quem escreve e quem lê (DI CAMARGO, SOUZA, ALVES, 2020). Esta perspectiva satisfaz as pretensões de desvelamento e comunicação das situações de opressão quando a Literatura sede espaço para a voz do oprimido.

Quanto ao conceito de polifonia, refere-se à multiplicidade de vozes, discursos e perspectivas que se encontram em uma obra literária ou na linguagem em geral. Mesmo que Bakhtin argumentasse que uma obra literária autêntica é reflexo de uma diversidade de vozes

que não somente a do autor, expandimos a noção de polifonia quando consideramos uma obra coletiva, como a que foi proposta para o presente trabalho. De fato, por ter sido concebida por vários autores, esperava-se que a polifonia trouxesse uma representação desse coletivo. Para se manter nos conceitos trabalhados por Bakhtin, esta presença de múltiplas vozes no texto deve ser melhor considerada como heteroglossia. Bakhtin introduziu o termo heteroglossia para descrever a diversidade linguística e estilística que existe em um texto ou discurso devido a presença de múltiplas vozes e estilos (HIRSCHKOP, 2023).

A heteroglossia não é um conceito simples e normalmente suscita muitas discussões de sua aplicabilidade no campo da antropologia linguística. No entanto, Hirschkop (2023) sinaliza que a literatura sociolinguística e antropológica sobre a indexicalidade enriqueceu enormemente a nossa compreensão da heteroglossia, colocando-a no campo dos processos inferenciais, que vão desde a simples analogia até ao argumento complexo. Este foi o esforço proposto para esta pesquisa, de buscar interpretações sobre a simbolização de sentimentos expressos em palavras, escolhas de origamis, cores, para a produção final do livreto, em associação ao observado durante os encontros, que resultou no mesmo enquanto produto.

Mikhail Bakhtin contribuiu significativamente para a compreensão de como a linguagem funciona em contextos sociais e culturais e, neste sentido, têm implicações que podem ser relevantes para entender e abordar a vulnerabilidade social. Enfatizou, por exemplo, a natureza social e dialógica da linguagem, argumentando que a linguagem é fundamentalmente uma atividade social que se passa na interação entre as pessoas. Isso significa que a compreensão da linguagem e da cultura não pode ser separada das relações sociais, da diversidade de vozes e das diferentes perspectivas presentes na sociedade.

Assim, para definição da ação educativa proposta neste trabalho e pesquisa relacionada foram consideradas contribuições de Joana Cavalcanti, Mikhail Bakhtin e Paulo Freire. Para trabalhar as dificuldades de abordagem do público de adolescentes a maior contribuição foi no aspecto metodológico e veio de Cavalcanti e “Os caminhos da literatura infantil e juvenil” (2014). Para interpretação da obra literária produzida em formato de livreto se fez uso de Bakhtin no aspecto teórico, da representação social e múltiplas vozes apresentadas no texto. Por fim, buscou-se atingir os propósitos de uma educação libertadora, como descrita por Freire, dentro dos aspectos da extensão, ou seja, da relação entre o saber formal da universidade e as interações com a comunidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho foi desenvolvido como relato de experiência, teve enfoque qualitativo, tendo como público-alvo adolescentes de regiões de grande vulnerabilidade social, em diferentes ambientes: na escola, CRAS, CREAS e CSE. O CSE em que se desenvolveu a pesquisa se situa na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Atende a adolescentes de doze a quinze anos, vindos de várias cidades do estado, até da própria capital e região metropolitana, para cumprimento de medida socioeducativa de internação. Está localizado no bairro Lindeia e por isso tem por nome Centro Socioeducativo Lindeia. Para atuação no CSE foi possível contar com o apoio do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, através de atuação em parceria com a Vara de Atos Infracionais da Infância e da Juventude de Belo Horizonte e Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de MG. Além disso, contou com autorização da direção da unidade e da Superintendência de Atendimento ao Adolescente da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo de Minas Gerais (SUASE-MG).

Já a escola, CRAS e CREAS em que se desenvolveu a pesquisa se situam na cidade de Santa Luzia, região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais. Contou com apoio e autorização da direção da escola e gerências dos equipamentos da assistência social. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui uma população estimada de 219.132 habitantes em uma área de 235,205 km², o que o coloca na posição 578 de 853 entre os municípios do estado e 3909 de 5570 entre todos os municípios. Em 2010 concentrava todas as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) de menores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da região metropolitana.

O levantamento do IDHM da região metropolitana (RM) de Belo Horizonte apresentava em 2010 um índice de 0,715, considerado para a faixa de Alto Desenvolvimento Humano. A RM é composta por 34 municípios e possui área de 9.473 km². Em 2000, 8,0 % das UDHs da RM de Belo Horizonte se encontravam na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano, enquanto 16 % apresentavam Alto Desenvolvimento Humano. Em 2010, essas proporções corresponderam, respectivamente, a 24 % e 32 %. No mesmo período, o percentual de UDHs na faixa de Baixo Desenvolvimento Humano passou de 38 % para 1,0 % e o percentual de UDHs na faixa de Muito Baixo Desenvolvimento Humano passou de 6,0 % para 0,0 % (IBGE, 2010).

Apesar do bom desempenho histórico da RM de Belo Horizonte em geral, a situação da cidade de Santa Luzia tem apresentado índices preocupantes, uma vez que concentrava todas as UDHs de mais baixo IDHM, sendo elas: Angu Duro; Baronesa; Bom Destino; Nova Conquista/Caldeirão; São Cosme; Vila das Antenas no Conjunto Palmital; Vila Ferraz; todas

com IDHM de 0,597, o mais baixo da RM em 2010. Os dados têm refletido a grande desigualdade existente na RM de Belo Horizonte, entre os melhores e piores índices, tendo como o melhor IDHM em 2010 de 0,955 de Lourdes, Santo Agostinho, bairros da região central da capital. O CRAS onde se desenvolveu esta pesquisa fica no bairro Bom Destino e o CREAS é o único da cidade, situado no bairro São Benedito, rodeado pelos bairros Baronesa, Nova Conquista/Caldeirão, São Cosme, Vila das Antenas/Palmital. Já a escola trabalhada nesta pesquisa se situa no bairro quilombola de Pinhões, vizinho ao Angu Duro.

Embora os índices apresentados sejam de 2010, com retrospectiva ao levantado no ano 2000, foi relatado para demonstrar a condição histórica de vulnerabilidade social que a cidade oferece aos seus adolescentes e a população em geral. Em 2021, o salário médio mensal na cidade era de 2,2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 14,79%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 87 de 853 e 404 de 853, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1264 de 5570 e 2495 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 32,5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 668 de 853 dentre as cidades do estado e na posição 4160 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Em 2010, a taxa de escolarização de 6,0 a 14 anos de idade era de 96,7%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 634 de 853. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 3987 de 5570. Em relação ao índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no ano de 2021, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 5,7 e para os anos finais, de 4,9. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 424 e 367 de 853. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 2234 e 2256 de 5570.

3.1 A produção do livreto no CSE

O CSE foi o primeiro cenário de trabalho para esta pesquisa, envolveu a participação de 20 adolescentes no ano de 2019, onde se desenvolveram atividades de roda de conversa e dinâmicas de entrosamento. Em 2021 se desenvolveu especificamente a atividade de produção do livreto, através de encontros virtuais que envolveram oito adolescentes internos. Como os encontros com os adolescentes foram conduzidos por videoconferência a comunicação se dava pela palavra, mas também por uma proposição da montagem de origamis, representando cada etapa da construção do livro. O Origami é uma arte milenar japonesa que se baseia em construir figuras por dobraduras em papel. Souza e Lara (2017) utilizaram origamis em atividade com adolescentes em conflito com a lei como forma de

trabalhar o tempo ocioso e como meio de auxílio para as aulas de Matemática. Relataram que “os origamis são feitos de modo que haja alguma atribuição a quem confecciona, mas geralmente são montados em pequenos grupos, e por vezes, torna-se objeto de importante troca e de exibição” (SOUZA, LARA, 2017, p. 283).

Assim, verifica-se que o adolescente interno, ao saber/fazer origami, é subjetivado de outro modo, tanto em relação à disciplina corpo, quanto à disciplina saber. Estabelece-se uma mudança comportamental, o que reduz as tensões comuns a esse tipo de ambiente. Verifica-se um tipo de reciprocidade entre os membros do grupo, bem como com os familiares e servidores. A construção e criação de novos origamis subjetivam os adolescentes a serem pessoas mais tranquilas e capazes de atingir um nível de concentração mais elevado, tanto para tarefas mais simples quanto na resolução de problemas e cálculos na sala de aula (SOUZA, LARA, 2017, p. 287).

No caso do presente trabalho a proposta de confeccionar origamis teve abordagem distinta. Tentava-se criar vínculos entre os próprios adolescentes e também com a equipe, mesmo que de forma remota e, ao mesmo tempo, ter um produto físico para constituir parte do livro. Além da produção dos origamis, para construção da história, iam-se preenchendo informações escolhidas por cada adolescente. Começando pelo título que tinha uma parte genérica “A Jornada”, mas também uma específica em que os adolescentes escolhiam um nome fictício e algum emblema sobre si mesmo. Exemplo de título tivemos “Tico, o moleque sonhador em: a jornada”, “Rian o Mc em: a jornada”, “Mateus, o trabalhador em: a jornada”, entre outros.

Seguindo, tinha-se a seguinte estrutura a ser completada: *(nome do adolescente) e alguns garotos resolveram sair em uma aventura juntos. Todos queriam estar livres como pássaros. Para (nome do adolescente) liberdade é (palavras para definir liberdade – construção de origami de pássaro, onde a palavra aparece escrita). Cada um escolheu seu meio de transporte. Alguns escolheram ir de (origamis dos meios de transportes escolhidos pelos adolescentes), outros de (origamis dos meios de transportes escolhidos pelos adolescentes), e até de (origamis dos meios de transportes escolhidos pelos adolescentes). Registravam o que ia acontecendo em um diário de bordo. (nome do adolescente) escolheu ir de (meio de transporte), junto com (escolha de quem levar), levou (escolha do que levar), guiado por (origami de um guia que poderia ser uma pessoa de confiança, um anjo ou uma bússola). Ao longo do caminho os adolescentes contavam uns aos outros sobre seus objetivos e sonhos. (nome do adolescente) tinha como objetivo (escolha do objetivo e origami de flor) e o sonho de (escolha do sonho e origami de borboleta). E assim todos iam se conhecendo. No caminho encontraram muitos obstáculos, pessoas que atrapalhavam a jornada, verdadeiros bruxos a serem enfrentados (origami de bruxa, nomeou-se obstáculos) e batalhas a serem*

travadas (origami de dragão e moinho de vento – alusão a Dom Quixote, nomeou-se sentimentos, pessoas e circunstâncias de vida). (nome do adolescente) encontrou o bruxo (escreve a inicial do nome no origami), enfrentou (origami de dragão, nomeou-se sentimento ou pessoa), e lutou contra (origami de moinho de vento, nomeou-se circunstâncias de vida). Tinha como arma secreta (origami de coração, nomeia-se uma qualidade pessoal). Ao final os garotos perceberam que todo o caminho os levava, na verdade, para a casa de cada um (origamis de animais para substituir os meios de transporte). Para (nome do adolescente) sua casa é (origami de casa, nomeia-se o que se entende por sua casa) para onde pretende voltar. Chegando soltará uma pipa que voará bem alto! Nela estará escrito (origami de pipa, frase escolhida pelo adolescente).

A história foi dividida em várias páginas, com ilustração baseada na fotografia dos origamis produzidos. Entre as etapas da história individual foram inseridas quatro páginas de Diário de Bordo, com informações coletivas. Houve também a inserção de uma apresentação da obra, um prólogo com o texto “Já era uma vez” de Paulo Leminski (2004) e, por fim, um epílogo retirado da obra de Cervantes, Dom Quixote de La Mancha:

A liberdade, Sancho, é um dos dons mais preciosos, que aos homens deram os céus: não se lhe podem igualar os tesouros que há na terra, nem os que o mar encobre; pela liberdade, da mesma forma que pela honra, se deve arriscar a vida e, pelo contrário, o cativo é o maior mal que pode acudir aos homens (CERVANTES, 1978).

A história de Dom Quixote de La Mancha foi usada diversas vezes nos encontros para falar de jornada, desafios e sonhos. A citação sobre a liberdade e o cativo teve papel no projeto socioeducativo de ressignificar a trajetória do adolescente em conflito com a lei, para o retorno a um caminho em liberdade. Já o prólogo escolhido faz referência a uma história sem enredo e foi usada para conduzir diálogo sobre escolhas que determinam o enredo da vida de cada um.

Assim, aos adolescentes foi proposta a autoria não somente do livro produzido, mas da própria vida, mesmo em detrimento das condições adversas que a vida apresenta a cada um. Foi importante por propor uma ressignificação pessoal menos dependente de fatores externos difíceis de serem contornados como, por exemplo, condições socioeconômicas e contextos de vida violentos. Não se propôs aceitação como resignação, mas resiliência para enfrentamento das limitações que não poderiam ser contornadas imediatamente. Foi a estratégia encontrada especificamente para enfrentamento da ideação suicida e condição de reclusão.

A atividade foi adaptada para os demais cenários, sendo conduzidos através de uma proposta de passos em duas etapas: a primeira para produzir a história em vários encontros,

envolvendo entre quatro a nove dias; a segunda, após a impressão do livreto pronto para apresentação aos adolescentes, conduzido em um último encontro. No CSE foram necessários oito dias para o desenvolvimento total da atividade. O último encontro foi presencial para entrega dos livretos aos adolescentes, mas, assim como todas as atividades desenvolvidas no CSE, não pôde ser registrado em imagens.

3.2 Equipamentos da assistência social

O CRAS Bom Destino se localiza no bairro Bom Destino, situado as margens da rodovia que liga Belo Horizonte a Vitória, em área considerada de expansão urbana. Pelas particularidades de seu crescimento desordenado, está inserido em um programa de reassentamento do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) que prevê cadastramento e “selagem” das moradias para posterior análise judicial em audiências de conciliação.

Durante essa atividade, as moradias recebem um selo (que dá origem à expressão “selagem”) com um número de identificação do imóvel. As informações levantadas pelo cadastramento fornecerão subsídios para a Justiça Federal nas audiências de conciliação. Todas as moradias que participam do cadastramento recebem um documento de identificação e um selo com uma sequência numérica afixado à porta da residência (DNIT, 2020).

Assim, encontra-se em área de atuação do DNIT, referenciada ao município de Santa Luzia, mas situado à 20 km de seu centro, estando isolada inclusive por questões geográficas locais. Nesta condição de instabilidade atua o CRAS Bom Destino junto a uma população que vive em condições de precariedade em infraestrutura que se reflete, inclusive, na ausência de fornecimento de água e tratamento de esgoto pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) para todas as residências (BATISTA, BATISTA, 2021).

Por parceria com o projeto de extensão a gerência do CRAS realizou um convite ao grupo de adolescentes cadastrados e assistidos pela unidade para participarem dos encontros. Atenderam ao convite de forma voluntária oito adolescentes com idade entre doze a quinze anos, todas do sexo feminino. Em alguns dias estiveram presentes adolescentes do sexo masculino, mas que participaram de forma pontual e, por isso, não realizaram as atividades de forma completa e, assim, não foram considerados para a pesquisa. As atividades foram desenvolvidas no ano de 2021, em quatro dias de encontros ocorridos nas manhãs de sexta-feira, com duração de duas horas cada encontro. Na Figura 1 vemos o registro do último dia de encontro em foto retirada com os adolescentes que consentiram aparecer na imagem. Foram entregues aos participantes tanto o livreto final como a coleção de origamis produzida.

Figura 1 Registro fotográfico do último dia de encontro no CRAS Bom Destino



Fonte: Arquivo do autor.

Já no CREAS os encontros se deram no ano de 2022, em tardes de terça-feira, com duração de duas horas, com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em regime aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade). Os adolescentes foram convidados a participarem em coincidência com os dias e horários previstos para se apresentarem ao CREAS, em função das medidas socioeducativas. Embora a participação tenha ocorrido de forma voluntária, os adolescentes se mantiveram arredios, com evolução para uma melhor descontração ao longo do processo que ocupou oito dias de atividades.

Envolveu adolescentes com idade entre dezesseis a dezenove anos. As atividades culminaram com a grafiteagem da sala destinada ao atendimento socioeducativo na unidade. Em um comparativo ao CRAS temos o contraste entre somente participantes do sexo feminino neste local e somente do sexo masculino no CREAS. A atividade final de grafiteagem foi sugerida pela gerência da unidade que já pretendia compor uma identidade visual para a sala de atendimento aos adolescentes acompanhados em medidas socioeducativas. Para concretizar a ação um artista local foi convidado a contribuir com o projeto, auxiliando os adolescentes com a técnica. Na Figura 2 se apresenta o registro de parte da grafiteagem produzida como forma de encerramento das atividades.

Figura 2 Trabalho de grafitegem na temática do projeto realizado no CREAS



Fonte: Arquivo do autor.

3.3 A escola estadual Padre João de Santo Antônio

A escola estadual “Padre João de Santo Antônio” fica situada na comunidade quilombola de Pinhões, região de extensão urbana de Santa Luzia, Minas Gerais. Foi fundada em 1961 com apenas duas classes por iniciativa do então presidente da Cooperativa de Leite de Santa Luzia Sr. José Simões Sobrinho. Atualmente a escola oferece desde o Ensino Básico ao Ensino Médio com um total de 218 alunos, 73 no turno da manhã (Ensino Básico e terceiro ano do Ensino Médio) e 145 no turno da tarde (Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio). Inicialmente administrada pelo município passou para responsabilidade do estado em 1966. Na Figura 3 vemos fotografias da escola.

Figura 3 Escola estadual “Padre João de Santo Antônio”, Pinhões, Santa Luzia/MG



Fonte: Arquivo do autor.

A escola é uma das 29 consideradas quilombolas de Minas Gerais, foi reconhecida como tal em 2011 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) (MINAS GERAIS, 2018). Já no que se refere ao território, recebeu o título de Comunidade Quilombola pela Fundação Palmares em 2017 (SANTA LUZIA, 2021).

3.4 Aspectos éticos

O projeto obteve autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (CAAE: 65360422.6.0000.5149). O estudo foi autorizado na escola, CRAS e CREAS pelas respectivas diretorias e/ou gerência. Para realização do estudo no CSE, o projeto teve apoio do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, através de atuação em parceria com a Vara de Atos Infracionais da Infância e da Juventude de Belo Horizonte e Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de MG. Além disso, contou com autorização da direção da unidade e da Superintendência de Atendimento ao Adolescente da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo de Minas Gerais (SUASE-MG).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

CAMINHOS DE PAPEL: AÇÃO EDUCATIVA DE RESSIGNIFICAÇÃO DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES SOCIALMENTE VULNERÁVEIS

RUTAS DE PAPEL: ACCIÓN EDUCATIVA PARA RESIGNIFICAR LA TRAYECTORIA DE VIDA DE ADOLESCENTES SOCIALMENTE VULNERABLES

PAPER PATHS: EDUCATIONAL ACTION TO RESIGNIFY THE LIFE TRAJECTORY OF SOCIALLY VULNERABLE ADOLESCENTS

RESUMO

Apresenta-se experiência de ação educativa iniciada em centro socioeducativo, com adolescentes em cumprimento de medida em regime fechado. Depois, a mesma foi repetida em escola quilombola, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especial da Assistência Social (CREAS), com adolescentes em situação de vulnerabilidade social e cumprindo medida socioeducativa em regime aberto. Aborda metodologia baseada na construção coletiva de uma história que remete a uma viagem, registrada em diário de bordo, transformada em livreto, com ilustração baseada em origamis. Traçou-se um comparativo entre as produções oriundas dos quatro cenários. Está estruturado em discussão acerca do papel da escola e da assistência social, como parte da rede de proteção à criança e ao adolescente. Através do percurso de execução da ação foi possível vislumbrar diferenças nas relações estabelecidas entre o Estado (instituições) e os adolescentes da escola e CRAS (proteção), com os em cumprimento de medida socioeducativa (desconfiança).

PALAVRAS-CHAVE: Educação. SUAS. SINASE. Adolescentes

RESUMEN

Presenta una experiencia de acción educativa iniciada en un centro socioeducativo, con adolescentes en cumplimiento de una medida en régimen cerrado. Posteriormente se repitió lo mismo en una escuela de un quilombo, Centro de Referencia de Asistencia Social (CRAS), Centro Especial de Referencia de Asistencia Social (CREAS), con adolescentes en situación de vulnerabilidad social y cumpliendo medidas socioeducativas en régimen abierto. Aborda una metodología basada en la construcción colectiva de una historia que hace referencia a un viaje, registrada en un cuaderno de bitácora, transformada en cuadernillo, con ilustración

basada en origami. Realizamos una comparación entre las producciones de los cuatro escenarios. Se estructura en torno a discusión sobre el papel de la escuela y la asistencia social como parte de la red de protección del niño y del adolescente. A través del recorrido de ejecución de la acción, fue posible vislumbrar diferencias en las relaciones establecidas entre el Estado (instituciones) y los adolescentes de la escuela y CRAS (protección), con aquellos en cumplimiento de medidas socioeducativas (desconfianza).

PALABRAS-CLAVE: Educación. SUAS. SINASE. Adolescentes.

ABSTRACT

It presents an experience of educational action initiated in a socio-educational center, with adolescents in compliance with a measure in a closed regime. Afterwards, the same was repeated in a quilombo school, Reference Center for Social Assistance (CRAS), Special Reference Center for Social Assistance (CREAS), with adolescents in socially vulnerable situations and fulfilling socio-educational measures in an open regime. It addresses methodology based on the collective construction of a story that refers to a trip, recorded in a logbook, transformed into a booklet, with illustration based on origami. A comparison was made between the productions from the four scenarios. It is structured around discussion about the role of the school and social assistance as part of the child and adolescent protection network. Through the course of execution of the action, it was possible to glimpse differences in the relations established between the State (institutions) and the adolescents from the school and CRAS (protection), with those in fulfillment of socio-educational measure (distrust).

KEYWORDS: Education. SUAS. SINASE. Teenagers.

* * * Num país como o Brasil, manter a esperança viva é em si um ato revolucionário.

Paulo Freire

Introdução

No Brasil, semelhante ao Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) utiliza a dimensão territorial para uma descentralização federativa com atribuições aos municípios e estados (PNAS, 2004). Sua execução, no entanto, tem particularidades ausentes no sistema de saúde, que se coloca em evidência nas intercessões que possui junto aos princípios da segurança pública e sistema socioeducativo. Enquanto a necessidade universal de assistência em saúde é percebida de forma intuitiva, a vigilância socioassistencial apresenta contornos segregacionistas, voltando-se para as populações

vulneráveis e de grande risco social, prevenindo agravos. Embora bem justificado no enfoque daqueles que necessitam de ação protetiva, ao estabelecer equipamentos e ações em áreas específicas e, ao aliá-las também ao controle dos agravos, além de mediar e conduzir medidas socioeducativas em meio aberto, acaba por regionalizar conflitos e associá-los de forma discriminatória a uma camada social.

O presente trabalho está voltado especificamente à criança e ao adolescente enquanto alvo de atenção protetiva da escola e dos equipamentos do SUAS, especialmente aqueles em conflito com a lei. Problematizam-se os contornos voltados a estigmatização e desconfiança que os serviços são disponibilizados nas regiões de grande vulnerabilidade social. Buscamos inicialmente discutir um eventual caminho que se inicia na escola, na ação conjunta com os conselhos tutelares. Em continuidade, dentro da assistência social, a inserção das crianças e adolescentes em atividades oferecidas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o acompanhamento dos casos de violação de direitos desenvolvido no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Por fim, o que parece ser a grande quebra entre assistência e controle, efetivada através de medidas de internação socioeducativa.

Trata-se de buscar fundamentos não somente na estruturação das leis que em conjunto abarcam crianças e adolescentes social e economicamente vulneráveis, mas do conjunto de impressões apresentadas pelos adolescentes participantes desta pesquisa, que é utilizado na construção de uma percepção coletiva do acompanhamento do Estado na condução desses enquanto alvo de proteção e/ou autores de atos infracionais. Além disso, busca-se evidenciar o papel da escola na rede de proteção da criança e do adolescente e das ações educativas, dentro e fora dela, para o fortalecer nos mesmos o sentimento de cidadania. Está construído através da avaliação de uma mesma atividade desenvolvida coletivamente com adolescentes em seus diversos meios sociais: na escola, equipamentos da assistência social e centro socioeducativo. Além de realizar um relato do desenvolvimento da atividade enquanto recurso didático desenvolvido para fortalecimento do indivíduo, ressignificação da trajetória de vida e representação identitária, busca evidenciar diferenças associadas ao grau de envolvimento dos adolescentes no comportamento desviante. A escolha da abordagem veio da experiência junto ao público-alvo, em encontros pautados na promoção da saúde e oferecidos no contexto da extensão universitária de prevenção da violência.

Buscou também desvelar um sistema de apoio que se apresenta como protetivo, mas também como vigilante. Uma assistência permeada de desconfiança por parte dos adolescentes em conflito com a lei, sendo percebida e verbalizada onde, por fim, assumem a conduta infracional esperada e se justificam nela. Parece ser assim assimilada como trajetória que deve culminar em privação da liberdade, com associação direta ao sistema prisional. A

temática é trabalhada buscando identificar um suposto caminho delineado dentro da escola, da assistência social em interface a outros sistemas, além do encontro com os aspectos de segurança demandados nas medidas socioeducativas de privação e restrição da liberdade. Abarca também o papel da distribuição da gerência e execução do sistema socioeducativo e unidades voltadas a ele entre os municípios e o estado, saindo da esfera da assistência social para de segurança pública.

Em último plano o que se busca é compreender o enfoque da abordagem dada ao regime de internação socioeducativa, uma vez que está prevista como processo de ressocialização e, assim, de resgate, mas se apoia em um sistema de segurança que reproduz em menor escala o sistema prisional e seu caráter punitivo. Sendo assim, transcorre de forma coerente ao caminho associado das ações protetivas e a de vigilância/punição, reforçando a desconfiança entre as partes, prestadores de assistência e assistidos.

O SUAS em interface com o Sistema Socioeducativo

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) diferencia Proteção Social Básica da Especial as referenciando ao CRAS e ao CREAS, respectivamente. Assim, o CRAS se apresenta como equipamento de referência para as ações de prevenção de situações de risco, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Já ao CREAS cabe apoiar indivíduos e famílias que já se encontrem fragilizadas e em risco, em decorrência da violação de seus direitos. A definição do local de instalação do CRAS é também prevista para áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social (PNAS, 2004).

Considerando que o CREAS está voltado ao acompanhamento de situações de ameaça ou violação de direitos, assume, adicionalmente e por outra via de atribuições, o papel de subsidiar o cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e definida pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), as medidas colocam em um mesmo espaço vítimas e perpetradores, ações de assistência e de controle (BRASIL, 1990; BRASIL, 2006).

Sem intuito de discutir a adequação da ação simultânea de assistência social e acompanhamento de medidas socioeducativas (MSE), nem das diversas possibilidades gerenciais de distribuição de atividades dentro do CREAS que separe claramente os envolvidos. Cabe aqui somente ressaltar a efetiva participação deste equipamento do SUAS em atender ao SINASE e, assim, refletir os desdobramentos da procura de uma mesma população, a um mesmo equipamento, enquanto vítima e/ou perpetrador de atos infracionais. Também devem ser considerados os desafios para a equipe do CREAS, inicialmente pensada dentro do caráter assistencial, para agregar atividade que oficialmente tem sido desenvolvida

no Brasil, e ainda antes do SINASE, dentro de uma lógica de vigilância e punição (BRASIL, 1979).

Ao comentarem sobre a experiência profissional junto aos adolescentes em cumprimento de MSE, os profissionais relataram apreensão e insegurança devido à complexidade dos casos e das situações que atravessam as histórias de vida desses adolescentes e das famílias que chegam ao CREAS. (SILVA, MACEDO, 2020, p. 107).

No CREAS, os profissionais apresentam compreensão da proposta pedagógica do SINASE, dentro de princípios que abarcam ações preconizadas no ECA de responsabilização e resgate. Encontram, contudo, diversos impasses para colocá-la em prática, refletindo a desconfiança observada no trecho transcrito acima, da pesquisa realizada por meio de entrevista com profissionais do CREAS de quatro municípios do norte do Piauí. Os autores sinalizam algumas repercussões da apreensão e insegurança dos profissionais junto aos adolescentes.

Percebe-se, por meio dos relatos, que apesar dos profissionais buscarem orientar suas intervenções nos princípios e normativas do ECA e SINASE, bem como nas orientações dos seus respectivos Conselhos Profissionais, eles acabam pautando suas práticas por ações/iniciativas que recuperam práticas de controle e disciplinarização do adolescente; ações estas que, inclusive, atravessam a história das políticas sociais infanto-juvenis no Brasil com a (re)produção de discursos de base moral marcados pela dualidade entre o que é certo e errado. (SILVA, MACEDO, 2020, p. 111).

Desde a regulamentação das medidas socioeducativas pelo SINASE a execução das medidas com restrição e privação de liberdade fica a cargo dos estados, assim como as medidas de Prestação de Serviço a Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA) são de responsabilidade dos municípios (BRASIL, 2009).

A outra dificuldade refere-se à resistência das instituições para receber os adolescentes em cumprimento de MSE, sejam aquelas em que eles prestarão serviço à comunidade, seja a de âmbito educacional onde estão matriculados. Estudos como Rocha, Linhares e Sousa (2012) e Sanches e Martins (2015) retratam também a dificuldade enfrentada pela equipe e pelos adolescentes em relação a resistência e o preconceito vivenciado nas instituições. Entende-se que isso é reflexo do processo de estigmatização social em relação aos adolescentes em conflito com a lei, que marca a história das políticas sociais de atendimento a criança e ao adolescente no Brasil. (SILVA, MACEDO, 2020, p. 110).

Também o CRAS se confronta ao dilema de identificar a população assistida e, dentro dela, a convivência com autores de atos infracionais, especialmente os cometidos por crianças ainda inimputáveis, por vezes encaminhados pela escola. Defini-los enquanto alvo

de proteção ou denúncia traz à tona um limite tênue entre os equipamentos, suas funções e atribuições. Dentro deste sistema intrincado se encontram as crianças e adolescentes recrutados pelo crime na própria região vulnerável em que vivem, competindo especialmente com a escola.

Este é o contexto apresentado pelos internos do sistema socioeducativo visitado para esta pesquisa, em que relatam seu primeiro rompimento com a trajetória legal na desvinculação com a escola. Um dos internos verbaliza “Nós estamos tirando férias né! Eu vou parar de ir à escola ... minhas férias estão acabando”. Entre os cerca de vinte internos que participaram desta pesquisa em 2019, em encontros semanais promovidos por ação de extensão universitária da Faculdade de Medicina no Centro Socioeducativo, somente um não apresentava distorção idade-série. Percebe-se, no entanto, que é mantido um percurso dentro da assistência social, no entanto, relacionam-se com desconfiança. Essa tensão se inicia no contato das famílias com os conselhos tutelares, perpassam os equipamentos do SUAS e culminam nas medidas de restrição da liberdade, tal como uma carreira infracional.

Atuação dos conselhos tutelares junto aos adolescentes em conflito com a lei

Como órgão essencial do Sistema de Garantia dos Direitos (SGD) estabelecido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) o conselho tutelar foi pensado para desjurisdicionalizar e agilizar o atendimento prestado a população infanto-juvenil (BRASIL, 2010). Como órgão autônomo não está vinculado ao SUAS e a qualquer outro sistema ou órgão. Constitui sua atuação não no julgamento, mas na ação reivindicativa a partir da violação de direitos e, neste ponto, pode se articular com o sistema de assistência social e de segurança pública. A desjurisdicionalização tem papel maior do que simplificar a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, uma vez que a participação judicial na determinação de encaminhamento dos autores de atos infracionais marca uma semelhança real e, portanto, de grande simbolismo prático, entre o sistema socioeducativo e o sistema prisional.

Pensando especificamente na trajetória infracional da criança e do adolescente, estaria em uma posição privilegiada para resgate e direcionamento a uma trajetória legal, na medida em que se afasta dos propósitos de julgamento e punição. No entanto a realidade das ações desenvolvidas pelos conselhos tutelares tem sido outra, demonstrando uma lógica que os direciona a atos jurídicos, mesmo na ausência de uma prerrogativa legal.

O que chamamos de jurisdicionalização das práticas é a presença de modelos de atuação característicos do Poder Judiciário, que acabam sendo adotados, mesmo em espaços que não detêm tal poder, mas que, por

serem revestidos de certa autoridade e terem como fundamento para a sua prática o termo da lei, assumem tais formas como as adequadas para o seu exercício. Do nosso ponto de vista, é esta a lógica que tem pautado algumas das práticas dos conselhos tutelares. (DO NASCIMENTO, SCHEINVAR, 2007, p. 153).

O resultado da adoção de práticas nos moldes judiciais afasta os conselhos tutelares da estratégica posição para resgate efetivo dos sujeitos que se direcionam a uma trajetória infracional e, ao invés disso, parece demarcar seu início como uma primeira etapa dentro deste caminho.

Assim, buscar enquadramento para conflitos, tensões, desavenças; convocar o conselho tutelar para enquadrar as pessoas ou ameaçar estudantes e famílias de encaminhá-los ao conselho tutelar é uma forma de abortar as possibilidades livres de conhecimento e reconhecimento das relações, dos interesses, dos incômodos, na busca que “a lei” dê um jeito neles e, nessa medida, de criminaliza-los. (SCHEINVAR, 2012, p. 49).

Esta conduta pode ter ainda uma consequência subjetiva importante já que assumem o julgamento como direito e a vigilância como usufruto da cidadania.

Em particular, o julgamento feito pelo conselho tutelar é produto não só da ação de sua equipe interna, mas de um consenso alcaguete disseminado pela população, fazendo-a crer em sua responsabilidade em favor da justiça ou, dito de outra forma, contra a injustiça. A injustiça é, então, a não aplicação da lei, e a aplicação da lei é dever de cada cidadão. A subjetividade penal enquadra as relações em termos de segurança. Práticas biopolíticas vão disseminando-se, tornando cada cidadão, ou seja, cada ser livre com direitos, um policial. Interessante pensar o que se polícia, quando não se criam movimentos que enfrentem as condições de depredação da vida humana. Sob essas circunstâncias, nada mais pode ser policiado que o comportamento individual e, em particular, do pobre. (SCHEINVAR, 2012, p. 50).

Reconhecer o atendimento da criança e/ou adolescente que comete um ato infracional, ou mesmo parece tender a cometê-lo, dentro de uma lógica da segurança e falta dela, estabelece sua interface com a segurança pública.

Entre a escola, SUAS, SINASE e a segurança pública

Equipamentos do SUAS são estabelecidos em áreas socialmente vulneráveis, onde o tráfico de drogas e outras práticas criminais alicia menores, levando a adesão a essas atividades ilegais (FARIA, BARROS, 2011, p. 536). Neste cenário, atende de forma indiscriminada aos já envolvidos ou não com atividades ilícitas. Por outro lado, a presença policial no cotidiano destas mesmas comunidades é lembrada na fala dos adolescentes

quando relatam “que não podem descer para o asfalto” sem serem parados para uma revista policial, fazendo uma referência pautada na falta de pavimentação nas vias dos aglomerados urbanos da cidade de Belo Horizonte. Um dos adolescentes demonstra a vontade de se formar como advogado para ajudar os demais uma vez que, segundo ele “a polícia forja”. Outro adolescente acrescenta que foi apreendido porque “a polícia forjou para ele”. E reitera “a gente tem direito, mas não tem!”. No entanto, não conhecem pessoalmente nenhum advogado, mas relatam “que já viu na televisão”¹.

Desde modo, percebe-se que a ação policial demarca com mais clareza o que está sendo esperado de cada um desses adolescentes: que já sejam ou se tornem autores de atos infracionais. A ação conjunta de qualquer dos equipamentos voltados para assistência com os agentes de segurança é, por fim, identificada com o processo de vigilância do Estado. Em termos de trajetória, seja a ameaça dos conselhos tutelares em registrar ocorrências policiais, seja a vivência no cumprimento de medidas em regime aberto, efetivadas no CREAS, as experiências parecem compor um caminho que pode culminar na internação socioeducativa.

No contexto da internação socioeducativa se estabelece, por fim, um cenário constituído no âmbito da segurança pública, afastando-se definitivamente da assistência e marcando uma linha limítrofe para possibilidade de retorno. É o caso percebido em Minas Gerais, onde a gerência do regime de internação socioeducativa por parte do Estado se dá através da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), igualmente responsável pelo sistema prisional. A fala de um dos adolescentes, sobre a possibilidade de realizar curso profissionalizante, sinaliza a associação entre os sistemas socioeducativo e prisional. “Pá vem cá e pá, vou te tirar do mundo das drogas. Eu fiz curso na cadeia de confeitiro. Aí o dono da padaria da sua quebrada te dá uma moral”.

No entanto, não está assim previsto pelo SINASE, que atribui a este processo de internação caráter formativo e traz preceitos pedagógicos claros voltados à recuperação e estabelecimento de vínculos. Porém a visão repassada pelos adolescentes, de um sistema muito parecido com o prisional, é também relatada em pesquisa realizada com agentes socioeducativos.

Alguns agentes declararam que o que mais os deixa temerosos dentro da unidade é a convivência com os adolescentes, ou seja, o contato direto com eles, que possuem regras de convívio muito aproximadas daquelas que vigoram no sistema penitenciário. (...) Quase todos os entrevistados responderam ser a favor da redução da maioria penal, pois afirmaram que os adolescentes internos sabem o que estão fazendo e merecem “pagar” pelo que fizeram, independente da idade. Afirmam, então: “não estuda hoje quem

¹ Fala registrada em relatório de observação participante sobre encontro com os adolescentes no Centro Socioeducativo, durante a ação de extensão universitária no ano de 2019.

não quer; se parte pro crime é porque quer”, “ninguém tem nada a ver com as mazelas dos outros” e ainda, “16 anos pra lá, já tá bom”. Contraditoriamente, os mesmos agentes de segurança afirmaram que acreditam na medida socioeducativa, considerando que ela é suficiente e que apenas os adolescentes que não querem, não são capazes de mudar de comportamento. (PIMENTEL, RODRIGUES, SILVA, 2016, p. 292).

No que concerne ao percurso de atuação do projeto de extensão em que se baseia este trabalho, percebeu-se que escola tem papel primordial para manter o adolescente em um caminho que culmine em trabalhos formais. Neste sentido, o afastamento do adolescente da escola traz o sentido inverso, ou seja, de aumentar sua vulnerabilidade ao comportamento desviante.

No centro socioeducativo visitado, por exemplo, definiu-se como primeira ação em 2019 a criação de vínculos através de encontros efetivados semanalmente. Nos primeiros momentos os adolescentes se apresentaram e buscaram contar os motivos de estarem ali, não pela infração cometida em si, mas revelando o sentido de trajetória. Cantam uma música de rap chamada “Perdoa Mãe” cuja letra todos conheciam, decorada por força de representação da mesma. Escrita por MC Alê, nome artístico do adolescente Alexandre Custódio, acumula expressivo número de visualizações no site YouTube.

Perdoa mãe, por eu não ter ouvido a senhora; perdoa mãe a todos os conselhos que eu joguei fora; perdoa mãe, por eu ter abandonado a escola; sei que a senhora só chora quando me vê nesse mundão de maloca. Mundão girou, mundão girou; e as contas de casa nós quitou; Deus abençoou, Deus abençoou, Deus abençoou; eu pedi perdão pra ela e ela me perdoou. (MC ALE, 2019).

A letra reflete como assumem a conduta infracional em um contexto de necessidade “quitando contas da família”, responsabilidade de adultos. Assumem a culpabilização social e jurídica, mas buscam a compreensão da própria família e a justificação religiosa. Também retoma o abandono da escola para entrada no “mundão de maloca”. O mundo maior do que a sociedade traça como convencional é maior que ela mesma, ou seja, foge ao controle dos regramentos, “mundão”. “Maloca” é uma variação popular para “maloqueiro” termo pejorativo para aquele que vive a margem da sociedade. A mãe aconselha e coloca na escola, mas não tem dinheiro para pagar as contas. O adolescente paga as contas com dinheiro conseguido na marginalidade, não precisa da aceitação da sociedade porque já foi julgado e condenado antes de cometer qualquer ato infracional. A mãe perdoa e a Deus não é preciso pedir perdão porque, mais do que isso, Ele abençoa, ou seja, concede, porque o adolescente assume cuidar da família onde a sociedade não consegue.

O SINASE coloca como objetivo da presença dos mesmos em regime de internação: o conjunto de ações voltadas à responsabilização do adolescente; integração social com garantia de direitos; e a desaprovação da conduta infracional (BRASIL, 2009). Colocadas em conjunto deixam a cargo dos executores o enfoque dado às medidas. O que se observou nesta pesquisa é uma gerencia de unidade bastante comprometida, porém limitada por recomendações focadas nos aspectos de segurança.

Passada a fase de aproximação iniciada em 2019, tornou-se necessário o planejamento das ações subsequentes. Para tanto, demandou maior compreensão dos processos desenvolvidos no dia a dia da unidade, o que foi realizado no início de 2020. No entanto, encontrou-se um entrave vindo com a pandemia por Covid-19, onde os adolescentes internos não poderiam mais receber visitas presenciais.

Procedimentos Metodológicos

A ação educativa foco do presente trabalho foi nomeada de “Caminhos de Papel”, isso porque propôs a escrita de um livreto, no tocante a uma viagem, com ilustrações construídas com origamis. Foi inicialmente elaborada para dar continuidade à atuação junto a adolescentes cumprindo medida socioeducativa em regime fechado, como recurso de superação das limitações metodológicas impostas pela pandemia.

Dentro do contexto da extensão universitária, vários encontros já haviam sido conduzidos em 2019 entre os pesquisadores e vinte adolescentes de um centro socioeducativo (CSE) da cidade de Belo Horizonte, voltado a adolescentes com idade entre doze a quinze anos. Nos encontros eram desenvolvidas atividades de caráter educativo, com foco na promoção da saúde e prevenção da violência. No entanto, eram desenvolvidas presencialmente e, por isso, em 2020 foram interrompidas pela necessidade de isolamento, para os cuidados referentes a pandemia por Covid-19.

Durante o ano de 2020 o CSE realizou adaptações para possibilitar encontros virtuais entre os adolescentes e seus parentes, além de reiniciar as aulas ministradas por professores de uma escola estadual do bairro. As salas de aula e sala de televisão do CSE receberam infraestrutura para videoconferência. Assim, os pesquisadores foram convidados a voltarem às atividades junto aos adolescentes através dos recursos audiovisuais disponíveis. Os encontros foram retomados no ano de 2021 de forma virtual.

No entanto, foi percebido logo no primeiro encontro em 2021 que os recursos foram pensados para favorecer aulas expositivas. Isto porque os adolescentes conseguiam ver e ouvir perfeitamente, mas não era possível que respondessem claramente, uma vez que não havia um sistema de microfone para eles. Percebeu-se que os recursos audiovisuais atendiam

uma previsão de atuação dos pesquisadores, professores, familiares dos adolescentes enquanto os condutores de conhecimento a ser repassado, mas não trocado, ou seja, sem privilegiar o diálogo.

Para superar esta limitação surgiu a necessidade de construção dialógica mediada por símbolos. Assim, teve como princípio o uso de materiais de manuseio prático e de representatividade visual como linguagem para comunicação. Neste sentido, foram utilizadas músicas, imagens e a produção de origamis. A temática desenvolvida em vários encontros virtuais teve foco no sentido de trajetória, para reflexão sobre a vida. Abriu possibilidades de simbolização, fortalecendo a representação de si mesmo, do mundo, como é encarado individualmente e de forma coletiva. Foi desenvolvido em grupo, embora tenha tido como produto final trabalho individual.

A ação teve vínculo com a extensão universitária conduzida por equipe multidisciplinar e, sua construção metodológica se deu entre os métodos de estudos linguísticos, embora com enfoque na promoção da saúde. Assim, foi configurado no escopo das propostas teórico-metodológicas de Bakhtin (2006), considerando-se que a “compreensão das relações alteritárias construída pelo Círculo de Bakhtin contribui para a formulação do enunciado como um elo da complexa rede de outros enunciados, estabelecendo com todos eles relações dialógicas de variados níveis” (DE SANTANA, MIOTELLO, 2020, p. 54).

Ou seja, propôs-se a criação de uma obra na forma de livreto, onde as palavras teriam igual significado que os origamis escolhidos, cores e diálogos estabelecidos na própria construção da história. Desta forma, o livreto poderia ser lido por qualquer pessoa que a ele tivesse acesso, porém, seu significado estaria atrelado aos que escreveram e seus contextos. Nesse “direcionamento argumentativo, tornam-se imprescindíveis os aspectos histórico-sociais para compreensão da linguagem e dos sujeitos que a mobilizam” (DE SANTANA, MIOTELLO, 2020, p. 54). Tratou-se, desta forma, como produto final de uma construção dialógica e polifônica, que poderia então ser discutido a luz dos significantes e significados.

Os resultados obtidos com os adolescentes do CSE motivaram o uso da mesma metodologia em outros cenários, em encontros presenciais desenvolvidos nos anos de 2021 (CRAS) e 2022 (escola e CREAS). Assim, a mesma atividade foi conduzida na Escola Estadual “Padre João de Santo Antônio” localizada na comunidade quilombola de Pinhões, no CRAS Bom Destino e CREAS São Benedito, da cidade de Santa Luzia, região metropolitana de Belo Horizonte/MG.

Nesta atividade estiveram envolvidos oito adolescentes internos do CSE, com idades entre quatorze e quinze anos. Na escola, envolveu dezessete adolescentes com idade entre quinze e dezesseis anos, cursando o primeiro ano do Ensino Médio, no contexto da disciplina inaugurada pelo Novo Ensino Médio e chamada Projeto de Vida. No CRAS envolveu a

participação de oito adolescentes com idade entre doze a quinze anos, todas do sexo feminino, embora tenha sido emitido convite a todos os frequentadores do CRAS através da administração da unidade. No CREAS envolveu nove adolescentes com idade entre dezesseis a dezenove anos, todos do sexo masculino, em cumprimento de medida socioeducativa de LA e PSC.

Considerou-se o valor do simbólico nas mais diversas representações que se abrem àqueles que querem ser ouvidos e vistos, mas não conseguem consolidar anseios em palavras. Foi conduzida através de vários encontros, com variações que estiveram vinculadas ao anseio de fala dos participantes, estando os mesmos abertos para conduzir até que ponto preferiam tratar de cada parte da atividade. A história que ia sendo produzida coletivamente remete a uma viagem, onde o primeiro a ser escolhido seria o meio de transporte. Escolhia-se o que levar, quem levar, indo ou não sozinho, quem os deveria guiar, as expectativas quanto a ela. Em um segundo momento, trabalhou-se o meio do caminho, ou seja, desafios e a força que cada um encontra para enfrentá-los. O terceiro momento focou na chegada, o que se concluiu com a trajetória, o que se esperava do retorno.

Trabalhou-se o conceito de vida em busca de uma ressignificação, associada ou não a alguma realização prática e anseios pessoais, sonhos diferenciados de metas e objetivos. Buscou-se identificar valores e apegos, sejam familiares, de amizade ou institucionais. Valorizou o compartilhamento de um pouco da vida pessoal de cada um, quando discutidos os obstáculos e as qualidades que acreditavam ter para enfrentá-los. Ao final, a produção concreta de um livreto estabelecia uma ligação entre os membros do grupo, e assim, ao mesmo tempo em que valorizava individualidades e identidades, trabalhava-se também a coletividade. Foi planejada inicialmente envolvendo duas etapas para serem realizadas em quatro dias, mas somente no CRAS foi possível manter a programação.

Em função das discussões suscitadas, desenvolvimento dos origamis e diário de bordo, a ação foi desenvolvida em oito dias de encontros com duração de uma hora no CSE, oito no CREAS e nove na escola. No CREAS, surgiu-se a oportunidade de incluir uma oficina de grafite, onde os adolescentes representaram a atividade desenvolvida pintando as paredes da sala voltada ao atendimento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Foi um momento bastante cativante e único que contou com um voluntário para conduzir as técnicas de grafite (Figura 4).

Figura 4 Oficina de grafite desenvolvido no CREAS como desdobramento da ação “Caminhos de Papel”



Fonte: Arquivo dos autores.

A Figura 5 apresenta o planejamento da primeira etapa da ação educativa. Com os materiais desenvolvidos nos primeiros dias, montaram-se os livretos com as histórias individuais, embora também coletivas. Esses livretos foram apresentados aos participantes enquanto produto.

Figura 5 Planejamento da atividade “Caminhos de Papel”, primeira etapa

PRIMEIRO DIA		
Temática: Liberdade, Asas de Papel.		
Objetivos	Técnicas	Pontos a serem enfatizados na discussão
Apresentam-se as pessoas presentes. Apresenta-se a proposta de trabalho.	Uso da música Aquarela, de Toquinho. Origami de pássaro para simbolizar a liberdade.	Fala-se de liberdade, importância e limites. Propõe-se a construção de uma história, explica-se como será, sobre os origamis e o diário de bordo.
Temática: Prioridades - A partida.		
Objetivos	Técnicas	Pontos a serem enfatizados na discussão
Escolha dos meios de transporte, o que levar, quem levar, o que os guia.	Origami dos meios de transporte. Pedir que escrevam nos origamis o que vão levar para a viagem, ou quem. Escolher guia, origami do guia.	Conversar sobre o que é importante em nossas vidas, entre coisas, pessoas, religiosidade.
SEGUNDO DIA		
Temática trabalhada: Entre sonhos e metas – Caminho de borboletas.		
Objetivos	Técnicas	Pontos a serem enfatizados na discussão
Tratar sobre expectativas quanto à viagem e obstáculos do caminho.	Origamis de flor (meta), borboleta (sonho) e bruxa (obstáculo). Pedir que escrevam nos origamis seus sonhos e metas.	Fala-se de sonhos, metas e sobre obstáculos.
Temática trabalhada: Qualidades – Valorização pessoal.		
Objetivos	Técnicas	Pontos a serem enfatizados na discussão
Tratar sobre o enfrentamento das dificuldades.	Origami de coração, onde se escreve as qualidades de cada um para enfrentamento dos obstáculos.	Conversar sobre qualidade de cada um, como enfrentam dificuldades do dia a dia.
TERCEIRO DIA		
Temática trabalhada: Transformação – Traduzir-se.		
Objetivos	Técnicas	Pontos a serem enfatizados na discussão
Desenvolver a temática de autossuficiência.	Escolhem-se origamis para representar os meios de transporte como animais. Meio de transporte terrestre por animais terrestres e, assim, sucessivamente.	Chamar a atenção para qualidades antes discutidas, de enfrentamento de obstáculos, valorização das habilidades de cada um.
Temática trabalhada: Espaço pessoal – O retorno.		
Objetivos	Técnicas	Pontos a serem enfatizados na discussão
Finalizar a história.	Origami de casa. Pedir que escrevam o que pensam da própria casa no origami. Recolhem-se os origamis em saquinhos individuais com nomes.	Discutir sobre o melhor lugar para estar – a nossa casa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Cada participante recebia o seu livreto cujo título era construído partindo da seguinte proposta: o adolescente escolhia um nome fictício e um emblema para si mesmo, fazendo referência a alguma característica sua ou aspecto de sua vida, seguido do subtítulo comum a todos – A Jornada. Por exemplo, tivemos “Wallace, o sonhador em: a jornada”, “Rian o MC em: a jornada”, “Mateus, o trabalhador em: a jornada”, “João, o jogador em: a jornada”. Na Figura 6 estão apresentados os livretos produzidos na escola, para uma ilustração do produto final.

Figura 6 Livretos produzidos na escola como parte da ação educativa “Caminhos de Papel”



Fonte: Arquivo dos autores.

Após a produção gráfica dos livretos com as informações coletadas nos encontros, produção dos origamis e através das discussões, os mesmos eram apresentados aos adolescentes, conforme a segunda etapa do planejamento apresentado na Figura 7.

Figura 7 Planejamento da atividade “Caminhos de Papel”, segunda etapa

Fonte: Elaborado pelos autores.

QUARTO DIA		
Temática trabalhada: Enredo.		
Objetivos	Técnicas	Pontos a serem enfatizados na discussão
Apresentam-se as pessoas presentes. Retomar o que foi realizado anteriormente.	Contação de história – Já era uma vez.	Apresenta-se como foram utilizados os origamis para produção do livreto de cada um.
Temática trabalhada: O livreto.		
Objetivos	Técnicas	Pontos a serem enfatizados na discussão
Contemplar o livreto de cada um.	Cada adolescente é convidado a mostrar seu livreto.	Discute-se a experiência de se ter um enredo que conduz a história em livreto.
CONFRATERNIZAÇÃO FINAL		
Temática: Finalização.		

Fonte: Elaborado pelos autores.

A contação de história proposta para o início da segunda etapa se trata da leitura do texto de Paulo Leminski intitulado “Já era uma vez” (2004), e foi utilizada para propor discussão sobre protagonismo de vida, ressignificação de trajetória, escolhas e de como os adolescentes percebem sua presença no mundo. Assim, a apresentação final do livreto aos adolescentes autores teve também o objetivo de os fazer reconhecer na obra, assim como os demais que nela participaram. Procurou-se evidenciar o dialogismo que “se deixa ver ou entrever por meio de muitas vozes” e, assim, na verdade, um “dialogismo polifônico” (RECHDAN, 2003, p. 46). Em relação aos aspectos éticos e legais, o projeto contou com autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (CAAE: 65360422.6.0000.5149). Obteve anuência das respectivas diretorias de cada unidade envolvida, com o apoio do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, através de atuação em parceria com a Vara de Atos Infracionais da Infância e da Juventude de Belo Horizonte e Corregedoria-Geral de Justiça.

Resultados e discussão

Os resultados estão apresentados na sequência em que a história foi construída pelos adolescentes, ou seja, nas etapas de discussão sobre as seguintes definições: conceito de liberdade; meio de transporte a ser utilizado na viagem; o que levar; quem levar; quem ou o que os guia na viagem; metas e sonhos; desafios; obstáculos; qualidades pessoais para enfrentamento dos obstáculos; troca dos meios de transporte por animais que os representem; retorno a casa.

Desta forma a história se inicia com o seguinte texto a ser completado: Fulano (nome fictício escolhido por cada um) e alguns adolescentes resolveram sair em uma aventura juntos. Todos queriam ser livres como pássaros! (origami de pássaro) Para Fulano liberdade é (definição de liberdade de cada um).

Para os internos do CSE discutir sobre liberdade foi tratar de algo bastante palpável, pois associaram imediatamente ao seu oposto, ou seja, com a privação de liberdade. Neste sentido, consideraram a liberdade como não estarem reclusos. Notou-se que a palavra apareceu nos livretos do CSE em vários pontos, como objetivo de vida, por exemplo. Já no CREAS definiram liberdade como fazer o que se deseja, fazer escolhas e viajar. Na escola a liberdade foi definida como poder agir sem ter que pedir permissão. Neste sentido, fizeram referências quanto aos anseios de se desvincularem das expectativas familiares e do controle da escola. No CRAS foi associada a responsabilidade e a consequência de escolhas mal feitas.

O texto continua com o seguinte trecho: Cada um escolheu seu meio de transporte, o que levar na bagagem e quem chamariam para ir junto. Tem quem preferiu ir de (meio de

transporte com seus respectivos origamis). Foram guiados por (apresentou-se a opção de escolha entre uma representação religiosa, uma bússola ou uma pessoa de confiança, com origamis respectivos). Registravam o que ia acontecendo em um diário de bordo.

Sobre a escolha do meio de transporte, no CSE houve uma prevalência de carros, com descrições exatas entre marcas famosas e cores. Um adolescente pediu para que seu carro fosse cromado, por exemplo, o que demandou a produção do origami em papel alumínio. Citaram também o trem como meio de transporte, fazendo com que fosse necessário elaborar um origami que o representasse. No CREAS houve prevalência da escolha por motos, embora também tenha aparecido carros de marcas famosas, especificaram cores e estilos. No CRAS as escolhas variaram entre avião, carro e barco de uma forma genérica, focaram na produção de origamis bem simples e conhecidos. Observou-se que na escola foram mais adeptos a uma proposta de fabulação, com escolhas curiosas, tais como um tapete mágico. É válido ressaltar a importância da contação de histórias e fabulações para a comunidade quilombola, onde a tradição oral é prática compartilhada e valorizada.

Todos no CSE escolheram serem guiados por Deus na jornada, com origami de anjo. Foi possível observar que a religiosidade é um ponto importante para os adolescentes internos, embora não relacionassem fé com a igreja, em termos institucionais. Neste sentido, não relatam serem frequentadores de qualquer igreja, não citam religiões específicas, mas citam constantemente a fé em Deus, inclusive em vários pontos da história construída. Foi possível observar que o apego religioso é verbalizado enquanto força para superar a angústia decorrente do sistema de internação.

Tanto no CRAS como no CREAS os adolescentes escolheram serem guiados por Deus, produzindo origami de anjo, embora também tenham revelado não serem frequentadores de alguma igreja. Enquanto no CREAS e CSE foi possível perceber que, de fato, não se identificavam com religiões específicas, no CRAS as adolescentes somente parecem não gostarem de serem consideradas religiosas. Em certa medida, a igreja enquanto instituição não parece atrativa a estas adolescentes. No bairro onde vivem há uma atuação forte da Igreja Católica e das evangélicas, mas nenhuma delas foi citada pelas adolescentes.

No entanto, na escola houve uma adolescente que pediu para se expressar em particular. Relatou ter vergonha de contar aos demais que não gostaria de fazer um origami de anjo, pois queria ser guiada por uma entidade chamada Exu Rosa. Por ser uma escola quilombola, foi considerado relevante que a adolescente compartilhasse com os demais sua escolha religiosa. A proposta foi aproveitar o momento e discutir diversidade religiosa e religiões de matriz africana. A adolescente concordou e, por fim, demonstrou satisfação em adaptar seu origami de anjo para Exu Rosa. O resultado desta adaptação é mostrado na Figura 8, onde estão expostos alguns dos origamis de anjo produzidos no CRAS e, ao lado,

origamis produzidos por adolescente da escola quilombola, substituindo o anjo por Exu Rosa. Nota-se, na aluna que se diz guiada por Exu Rosa, a busca por esconder dos demais sua opção religiosa, mas, ao mesmo tempo, um orgulho por se expressar nela. Vale chamar atenção de que a metodologia proposta, da construção da história coletiva, oportunizou tratar deste assunto muito delicado e importante para a comunidade quilombola.

Figura 8 Origamis produzidos para ilustrar a história construída na ação “Caminhos de Papel”



Fonte: Arquivo dos autores.

Em continuidade a atividade de construção da história, prosseguiu-se com o texto a ser completado com quem convidariam para ir junto (nomes deveriam ser escritos nos origamis do meio de transporte), e o que levariam (coisas escritas nos origamis do meio de transporte). Em todos os cenários escolheram levar membros da família, embora tanto no CSE quanto no CREAS houvesse adolescentes que preferissem ir sozinhos. O isolamento de adolescentes em conflito com a lei foi observado nos dois locais, com alguns assumindo não viverem com suas famílias, apesar da idade. Também nestes dois cenários citaram levar “mulher”, o que remete a uma necessidade de mostrarem que são sexualmente ativos, ou, em outra medida, que assumem uma vida adulta. No CRAS, onde somente adolescentes do sexo feminino participaram da atividade, citaram a família e também animais de estimação.

Quanto ao que levar na jornada, entre os adolescentes do CSE não houve escolha por objetos, parecem retomar a chegada ao centro, quando foram obrigados a entregarem seus

objetos pessoais. Já os adolescentes do CREAS citam objetos que aludem a uma grande festa, citam especificamente trinta caixas de whiskies, por exemplo. Enfatizam a vida que valorizam, entre motos performáticas e grandes excessos. Esta postura festeira diante da vida se contrasta com a ausência de escolhas do que levar, por parte dos adolescentes no CSE. O processo de internação socioeducativa parece revelar aos internos uma realidade mais palpável das consequências de seu envolvimento em atos infracionais. Por outro lado, pode se relacionar ao sentimento de angústia provocada pelo isolamento, também evidenciada em outros momentos da criação da história. As adolescentes do CRAS citam a necessidade de levar comida. Na escola também citam necessidades práticas como levar dinheiro e roupa apropriada.

Na etapa seguinte foram produzidos mais dois origamis, de borboleta e de flor, os dois remetem a sonhos e metas, respectivamente. A ideia foi aludir a sonhos como algo mais vago e metas a algo mais concreto, fincadas no chão. O texto da história continua como: Ao longo do caminho os adolescentes contavam uns aos outros sobre seus objetivos e sonhos. Fulano tinha como objetivo (a ser escrito na flor) e o sonho de (a ser escrito na borboleta). E assim iam se conhecendo, compartilhando seus objetivos e sonhos!

Os adolescentes do CSE pedem por paz, sair do regime de internação, repetem a busca por liberdade. Quanto aos sonhos citam “ajudar a coroa” (como chamam suas mães), estudar, trabalhar, ser jogador de futebol. No CREAS buscam por uma vida confortável. No CRAS as adolescentes citam anseios profissionais, querem ser polícia, professora, médica. Sonham com carreiras artísticas como de cantora, dançarina, atriz. A possibilidade de sucesso através da fama parece ocupar um imaginário de caminho para superação das dificuldades econômicas e sociais dos adolescentes (ROTTMANN, RATTO, GERALDI, 2022).

Na escola também falam de profissões. No entanto, foi interessante a frequência com que as adolescentes na escola manifestaram sonhar com o casamento e filhos. A comunidade quilombola tem fortes laços familiares entre eles, casam-se entre primos e parecem, de fato, ver a formação de uma família como meta de vida. Segundo Barroso (2017) “as mulheres de Pinhões vivem em uma comunidade que recebeu da sociedade todo o reflexo de uma tradição hierarquicamente patriarcal” (BARROSO, 2017, p. 131). Gonçalves (2019) também relatou a importância da mulher enquanto esposa e mãe, ao relatar seu estudo sobre o ser quilombola, mulher e negra em Pinhões. Cita que “o lugar da mulher-mãe é bastante evidente, quer seja pela presença dos filhos na casa dos pais indo ver a mãe, nos almoços de domingo, na devoção a Nossa Senhora do Rosário aquela que cuida de seus filhinhos” (GONÇALVES, 2019, p. 62).

Dando sequência a história os adolescentes deveriam completar o texto: No caminho os adolescentes encontraram muitos desafios como (palavras a serem escritas no origami de

bruxa). As palavras escolhidas pelos adolescentes na escola trazem a repercussão de uma vida em comunidade vulnerável, tais como “fome” e “conseguir ficar vivo”, citam os “próprios pensamentos” e “saúde mental”. No CRAS as adolescentes também citam sentimentos como medo e tristeza. No entanto, encaram os desafios como oportunidades e, assim, desenharam com carinho nos origamis de bruxas, como mostra a imagem na Figura 9 (foto à esquerda).

Figura 9 Origamis produzidos para representar obstáculos no CRAS (esquerda) e no CSE (direita)



Fonte: Arquivo dos autores.

No CSE a postura dos adolescentes em relação aos desafios foi bem distinta dos demais, pediram por mais origamis e fizeram três: um para simbolizar inimigos específicos (origami de bruxa), um para circunstância ruim e outro para sentimentos (origamis de dragão e de moinho de vento, porque a discussão suscitou o uso do exemplo da trajetória de Dom Quixote, para explicar a proposta da jornada). Esta diversidade de origamis produzidos no CSE é mostrada na Figura 9 (foto à direita). Citaram nominalmente inimigos, explicaram contextos em que atribuíam aos conflitos com outras pessoas o motivo de estarem em regime de reclusão. Os adolescentes não escreviam diretamente em seus origamis, devido às restrições no manuseio de materiais durante a pandemia. No entanto, os pesquisadores anotavam e imprimiam os escritos em papel que, posteriormente, eram colados. Foi combinado que não se escrevesse o nome das pessoas citadas pelos adolescentes, sendo representadas somente pela inicial. Alguns citaram como obstáculos a polícia enquanto

inimiga, sentimentos de raiva, ódio, ganância, além do que chamaram de “pensamentos sombrios”.

Este momento foi especialmente marcante no CSE, rendeu muita discussão e compartilhamento de história de vida. Esta discussão não foi tão intensa no CREAS, em que a polícia foi citada primordialmente como obstáculo. Em um comparativo, vemos que a polícia é citada em todos os cenários. Na escola e no CRAS é citada enquanto aspiração profissional. Já no CSE e CREAS é colocada na posição de inimiga a ser enfrentada e, neste sentido, enquanto obstáculo no caminho.

O texto continua para a composição da história: Apesar dos obstáculos os adolescentes tinham como enfrentá-los, pois, no fundo dos seus corações estava a força de cada um (escrever no origami de coração). No CSE citaram novamente a Deus e também a família. Citaram coragem, que foi o que predominou também nos demais cenários. Observou-se no CREAS que, tanto no momento de escrever no origami da bruxa quanto no coração, os adolescentes optaram em escrever dentro dos mesmos, de forma que não poderiam ser lidos por outros. Esta escolha ilustra o comportamento arredo que esteve presente em todos os encontros, mais aflorado do que o apresentado pelos adolescentes do CSE. Os adolescentes do CREAS manifestaram desconfiança em todos os encontros, participando das atividades de forma bastante tímida.

Por fim, a jornada termina com o retorno para a casa, seguindo o texto a ser completado: Ao final os adolescentes perceberam que todo o caminho os levava, na verdade, para a casa de cada um. Para Fulano sua casa é (palavra escrita no origami de casa). Perceberam que não precisam de (citar os meios de transporte escolhidos), pois eram como animais velozes e corajosos, tais como (origami de animais escolhidos para substituir os meios de transporte).

Os adolescentes do CSE associam suas casas principalmente com a família, muitos citam especificamente a mãe e fé em Deus. A família prevalece como referência para os demais cenários, sendo também citada como porto seguro no CRAS, refúgio e proteção na escola. Quanto a substituição dos meios de transporte por animais, tanto no CRAS, CREAS e escola os adolescentes escolheram animais fáceis de serem reproduzidos em origamis – peixe, cachorro e pássaro. No entanto, no CSE quiseram animais que remetiam também a força, como o leão e o dragão.

Observaram-se relevantes diferenças entre a postura dos adolescentes da escola e CRAS, em um comparativo com o CREAS e CSE. Tanto na escola quanto no CRAS os adolescentes se mostraram respeitosos, buscaram discutir identidades. Demonstraram a procura em se desvincularem dos ordenamentos da escola, da igreja e dos pais, não como um enfrentamento, mas como forma de manifestação de seu processo de crescimento. Não

aludiram a um rompimento com a família ou com as instituições, mas um caminhar com base em seus próprios anseios. Neste sentido, embora tenham mostrado de forma repetida contrariedade em relação as instituições, apoiam-se nas mesmas.

Com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, seja em regime aberto ou fechado, o relacionamento com instituições como escola, igreja e equipamentos da assistência social é baseado em desconfiança. Apresentaram-se arredios. Os adolescentes internos verbalizaram insistentemente o descontentamento com a situação em que se encontravam. Citaram sentimentos fortes como raiva, ódio, e descreveram “sentimentos sombrios que passam pela cabeça” com relação a ideiação suicida.

Assim, quando na escola e no CRAS os adolescentes descrevem estes ambientes como controladores, mas demonstram se sentirem seguros e amparados. Já no CREAS e CSE demonstram se antagonizarem aos ambientes em que se encontram, estando claramente descontentes por estarem nestes locais. Não se sentem apoiados nestas unidades, somente punidos. Percebe-se que este sentimento acaba se estendendo às experiências anteriores, vivenciados na escola e, eventualmente, no CRAS. Assim, perpassam por suas lembranças sentimentos de contrariedade, trazendo o sentido de trajetória iniciada na escola, culminando em cumprimento de medida socioeducativa.

Relata-se aqui o exemplo de Pedro (nome fictício de um adolescente participante da ação educativa no CREAS). Já era conhecido da equipe de pesquisadores pela mesma contar com um professor que atuou na escola em que Pedro estudou. Trata-se da Escola Municipal “Jaime Avelar Lima” que atende ao bairro Bom Destino, onde está situado o CRAS participante desta pesquisa. Pedro cometeu ato infracional no território de atuação do CRAS Bom Destino e estava cumprindo medida socioeducativa no CREAS São Benedito, por este ser o único da cidade de Santa Luzia.

Na escola, Pedro apresentava comportamento respeitoso, mas não tinha um bom desempenho com os conteúdos. Era conhecido da equipe do CRAS, sendo a família frequente nas atividades oferecidas. No entanto, veio a participar da pesquisa no CREAS, cumprindo medida socioeducativa em regime aberto. Relatou ter se envolvido com o tráfico de drogas no bairro Bom Destino como forma de conseguir dinheiro, uma vez que não conseguiu evoluir nos estudos. Relatou suas tentativas de voltar para a escola, mas a diretoria insistiu que ele deveria procurar um sistema de supletivo, ou a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Seu relato é semelhante a outros obtidos durante a pesquisa, com a desvinculação da escola como ponto de partida para o envolvimento com atos infracionais, e a manutenção de uma relação de acompanhamento por parte dos equipamentos da assistência social.

Pedro esteve em regime de internação socioeducativa de forma temporária, até a definição pelo cumprimento de medida em regime aberto. Sua dificuldade em voltar para

escola e terminar os estudos tanto ocorreu em decorrência da desconfiança da administração da escola em relação ao adolescente, quanto da sua própria dificuldade cognitiva com os conteúdos escolares. Como o adolescente agora já tem mais de dezoito anos, qualquer novo envolvimento com atos ilícitos poderá conduzi-lo ao sistema prisional. Assim, o esforço para terminar os estudos e conseguir trabalho formal é o ponto que poderia definir sua trajetória de vida.

Neste sentido, a escola e o CRAS cumprem bem seu papel protetivo, dentro de um compromisso subjetivo entre as partes, onde se estabelece o comportamento socialmente aceitável. Por outro lado, o afastamento destes ambientes acaba favorecendo o sentimento de “liberdade” para o comportamento desviante. A presença da criança e do adolescente na escola se mostra estratégica para os manterem em um ambiente minimamente ordenado, que se relaciona a um sentimento de cidadania, ou seja, de pertencimento a uma organização social.

Realizando uma análise semântica das palavras utilizadas pelos participantes da pesquisa foi possível distinguir entre os adolescentes em conflito com a lei uma postura mais agressiva. Esta agressividade se expressa entre eles, com relação aos ambientes em que se encontram, com a vigilância constante promovida por órgãos de segurança e, até mesmo deles consigo mesmo, culminando em ideação suicida, especialmente no CSE. Verbalizaram contra toda sua trajetória de vida, ao relembrares inimigos e os confrontos com a polícia. No entanto, para estes adolescentes a atividade teve maior impacto quanto à ressignificação de suas possibilidades na vida. Isto ficou evidente na evolução com que participavam das atividades, os diálogos estabelecidos, revelações pessoais como a verbalizada sobre “sentimentos sombrios” no CSE, por exemplo. Demonstraram compreensão quanto ao propósito da ação educativa.

O diálogo promovido pela atividade possibilitou desvelar a relação de desconfiança estabelecida entre os adolescentes em conflito com a lei, a escola e assistência social. Enquanto estão na escola e/ou como frequentadores no CRAS, os adolescentes parecem ainda se sentirem em uma relação de apoio. Isto estabelece que, em seu imaginário, o rompimento com a escola se configura como ponto de partida definitivo para o comportamento desviante. Como recurso didático e metodológico, a ação educativa “Caminhos de Papel” se mostrou adequada a múltiplos propósitos. Desde a mais convencional, relacionada ao trabalho com a escrita e gênero textual, até sua proposta reflexiva quanto a um projeto de vida, autoconhecimento, valorização pessoal e identitária.

Considerações Finais

O SINASE é uma lei recente, instituída em 2012, para regulamentar a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Traz preceitos que rompem de forma histórica com a lógica puramente punitiva de atuação junto a eles. Envolve o CREAS, equipamento do SUAS, na municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto, deixando aos estados responsabilidade quanto à medida em meio fechado. Sua execução tem encontrado desafios estruturais, com forte base na estigmatização da parcela pobre da população.

Para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado sua execução ainda não reflete a proposta de resgate com reinserção social e guarda muita semelhança com o sistema prisional. Delineiam uma convivência com a escola e os serviços de apoio assistenciais permeada de desconfiança. As intercessões entre os sistemas de educação, assistência, socioeducativo e segurança pública, ainda que não formais, reforçam percepções pautadas em um legado de punição e repressão. São, em conjunto, percebidos enquanto vigilância, ou seja, do acompanhamento do Estado daqueles de quem se espera uma conduta delitiva. Dificultam ações educativas pontuais, quando envoltas nas concepções de finalidades e direitos.

Estas foram algumas das impressões vindas da experiência na execução da ação educativa proposta, de construção coletiva de uma história, quando executada com adolescentes em conflito com a lei. Em contraposição, quando executada na escola e no CRAS, onde os adolescentes ainda demonstram vínculos institucionais de proteção, vemos que a proposta atingiu outros objetivos, na tentativa de ser instrumento de ressignificação de trajetória. Na escola, por exemplo, evidenciou as particularidades da mesma enquanto situada em uma comunidade quilombola. Assim, possibilitou o desvelamento de questões identitárias, respeito e aceitação, reforçando ações de proteção contra as violências estruturais do racismo. Desta forma, o trabalho trouxe contribuição na construção metodológica de uma abordagem do adolescente em seus diversos meios sociais, para reflexão sobre a vida e inserção na sociedade.

Referências

BARROSO, Sandra Helena. O lugar do feminino na tradição oral do congado de Pinhões/MG: o rosto de Maria nas “Marias” devotas do rosário. *Annales Faje*, v. 2, n. 4, p. 129-140, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. Reformulação do livro sobre Dostoiévski. In: Estética da criação verbal. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006 [1979].

BRASIL. [Lei n. 6697 (1979)]. Institui o Código de Menores. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em:
<https://legis.senado.leg.br/norma/548573/publicacao/15796833>. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. [Lei n. 8.069 (1990)]. Dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. [Resolução nº 109 (2009)]. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: MDS. CNAS, [2020]. Disponível em:
http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo -SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006. 100 p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Resolução nº 139 de 17 de março de 2010. Dispõe sobre os parâmetros para a criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares no Brasil, e dá outras providências. Brasília: CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2010. Disponível em:
<https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=216542>. Acesso em: 25 abr. 2023.

DE SANTANA, Wilder Kleber Fernandes; MIOTELLO, Valdemir. O dialogismo como potencial teórico-metodológico ao ensino (de literatura): no horizonte de Bakhtin e o Círculo. Revista Educação e Linguagens, v. 9, n. 16, p. 53-69, 2020.

DO NASCIMENTO, Maria Livia; SCHEINVAR, Estela. De como as práticas do conselho tutelar vêm se tornando jurisdicionais. Aletheia, n. 25, p. 152-162, 2007.

FARIA, Ana Amélia Cypreste; BARROS, Vanessa de Andrade. Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. *Psicologia & sociedade*, v. 23, p. 536-544, 2011.

GONÇALVES, Carmen Regina Teixeira. Ser quilombola, mulher e negra: a agência do coletivo de mulheres Empodere Se do Quilombo de Pinhões. 2019. 182 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2019.

LEMINSKI, Paulo. Já era uma vez. In: LEMINSKI, Paulo. *Gozo fabuloso*. DBA, 2004.

MC ALE. Perdoa mãe. São Paulo: Kondzilla Records: 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JJA5fdPysjU&list=PLzFcNTgv49JlwsVlVQJKZnjN1NtwH6_V_&index=84&t=0s. Acesso em: 25 abr. 2023.

PIMENTEL, Elaine; RODRIGUES, Nathália; SILVA, Raísa Alves da. A prisionização de agentes de segurança socioeducativos das unidades de internação da superintendência de assistência socioeducativa (Sase) em Maceió e seus efeitos sobre a execução da medida socioeducativa de internação. *Revista da ESMAL*, v. 1, p. 275-297, 2016.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL [PNAS (2004)]. Resolução 145/2004. Brasília, DF: CNAS, [2020]. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

RECHDAN, Maria Letícia de Almeida. Dialogismo ou polifonia. *Revista de Ciências Humanas*, v. 9, n. 1, p. 45-54, 2003.

ROTTMANN, Hans Gert; RATTO, Cleber Gibbon; GERALDI, Daniel Andrade. A profissão de jogador de futebol profissional: uma realidade factível ou um sonho distante para os jovens adolescentes brasileiros? *Research, Society and Development*, v. 11, n. 16, p. e339111637387-e339111637387, 2022.

SCHEINVAR, Estela. Conselho tutelar e escola: a potência da lógica penal no fazer cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, p. 45-51, 2012.

SILVA, Brisana Índio do Brasil de Macêdo; MACEDO, João Paulo. Municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto: O CREAS na cena do debate. *Revista Psicologia Política*, v. 20, n. 47, p. 102-118, 2020.

Recebido em abril de 2023.

Aprovado em julho de 2023.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como consideração ao processo didático-metodológico desenvolvido, do papel do livro enquanto produto e das finalidades de sua concepção, tem-se a certeza de que “ao falar do literário estamos, quase sempre, às voltas com o inconcluso” (CAVALCANTI, 2014, p. 120). Não temos como avaliar o impacto que a atividade teve na vida dos adolescentes internos, por exemplo, pois uma vez desligados do CSE são acompanhados somente pelo Estado. Mas guarda-se a convicção de que “fazer Literatura é trabalhar no sentido de criar novas sensibilidades, potencializar o campo estético, a dimensão lúdica e possibilitar uma experiência humana mais rica e prazerosa, por isso espiritual” (CAVALCANTI, 2014, p. 121).

Quanto ao processo de transformação do livro, foi acompanhado seu surgimento enquanto ideia, os diálogos proporcionados por discussões aparentemente inofensivas, tais como a definição de um meio de transporte, até a expressão por cores e formas. O produto final, enquanto físico, representou o manuseio do papel enquanto fotografia do próprio indivíduo ali representado que circulou entre os grupos, uma vez que todos queriam ver as semelhanças e diferenças de cada obra. Os adolescentes, até então, liam o que outros escreviam. Mas, no encontro que tiveram com o próprio livro, concretizaram uma realização não ansiada, a de possibilidades.

Em um comparativo com as histórias criadas nos diferentes cenários, puderam-se observar diferentes percepções de vida, valores e apegos. Na escola e CRAS houve demonstração de preocupação com necessidades básicas para a vida como comida, emprego. No CREAS houve numerosas referências a uma vida despreocupada, onde foram citadas bebidas alcólicas, carros e motos impressionantes. No CSE o livro remeteu, em diversos pontos, sentimento de angústia quanto ao sistema de internação, sendo que a palavra liberdade apareceu em diversos contextos ao longo da história.

No que se refere a uma reflexão sobre trajetória de vida, os adolescentes do CSE foram os que mais verbalizaram sobre caminhos, o que converge com os propósitos da socioeducação. No entanto, expressaram que o estar cumprindo medida socioeducativa acabava por refletir em uma desconfiança em relação às outras instituições que fizeram parte de suas vidas. Assim, acabaram por se referirem à escola e aos equipamentos da assistência social de forma negativa ou com desconfiança. Comportamento semelhante foi possível de ser identificado com os adolescentes do CREAS que, inclusive, expressaram dificuldades em voltar a frequentar a escola. Já na escola e CRAS os adolescentes demonstraram perceber um certo controle, mas verbalizaram de forma positiva a atuação das instituições em suas vidas.

Nos diferentes cenários a receptividade variou entre um importante engajamento das adolescentes no CRAS e o comportamento arredo dos adolescentes no CREAS. Na escola o trabalho foi encarado como mais uma atividade de sala de aula. Percebeu-se que as relações estabelecidas entre os pesquisadores, as atividades propostas e o envolvimento dos adolescentes refletiam, em certa medida, a relação que estabeleciam com o local de aplicação, ou seja, com as instituições. Os adolescentes da escola e CRAS trouxeram um comportamento que remetia ao ser cuidado e, por vezes, com autoridade por parte da escola e CRAS. Já no CSE e CREAS os adolescentes verbalizaram por diversas vezes que não gostariam de estar lá, seja pela privação de liberdade, ou pela necessidade de manterem uma postura de enfrentamento.

Mesmo com estas diferenças por parte da postura e engajamento dos adolescentes, em todos os cenários as atividades culminaram em um produto apreciado e comemorado, refletido, inclusive, na dedicação com que os adolescentes do CREAS simbolizaram a atividade através do grafite. Por fim, a leitura de si e a leitura do outro se manifestaram na apreensão maior do conceito de livro e Literatura. No CSE, os encontros virtuais deixaram impressões vagas de distanciamento, enquanto o produto final em livro trouxe a concretude e o fortalecimento tanto do grupo como dos indivíduos envolvidos. Neste sentido, a tecnologia permitiu os encontros, mas o papel firmou o vínculo.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Leonam Amitaf Ferreira Pinto de; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Rede de proteção e política de convivência: reflexões sobre a práxis. *Sociedade e Estado*, v. 38, p. e45314, 2023.
- BAKHTIN, Mikhail. Reformulação do livro sobre Dostoiévski. In: *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006 [1979].
- BARROSO, Sandra Helena. O lugar do feminino na tradição oral do congado de Pinhões/MG: o rosto de Maria nas “Marias” devotas do rosário. *Annales Faje*, v. 2, n. 4, p. 129-140, 2017.
- BATISTA, Marcelo Rodrigues, BATISTA, Adriana de Souza Medeiros. Acesso à água e justiça ambiental: uma experiência em educação popular. *Encontro Internacional Educação Popular e Cidadania: Experiências e Desafios*, virtual, 2021.
- BRASIL. [Lei n. 6697 (1979)]. Institui o Código de Menores. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/548573/publicacao/15796833>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- BRASIL. [Lei n. 8.069 (1990)]. Dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.
- BRASIL. [Resolução nº 109 (2009)]. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: MDS. CNAS, [2020]. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo -SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006. 100 p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Resolução nº 139 de 17 de março de 2010. Dispõe sobre os parâmetros para a criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares no Brasil, e dá outras providências. Brasília: CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2010. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=216542>. Acesso em: 25 abr. 2023.

CAVALCANTI, Joana. Caminhos da literatura infantil e juvenil: dinâmicas e vivências na ação pedagógica. São Paulo: Paulus, 2014.

CERVANTES, Miguel de. Dom Quixote de la Mancha (Trad. de Viscondes de Castilho e Azevedo). São Paulo: Editora Abril, 1978.

DA SILVA, Andressa Conceição Souza. Privação de liberdade: possibilidades de escuta com adolescentes autores de atos infracionais no CESEIN. IAÇÁ: Artes da Cena, v. 2, n. 2, p. 7-19, 2019.

DE SANTANA, Wilder Kleber Fernandes; MIOTELLO, Valdemir. O dialogismo como potencial teórico-metodológico ao ensino (de literatura): no horizonte de Bakhtin e o Círculo. Revista Educação e Linguagens, v. 9, n. 16, p. 53-69, 2020.

DI CAMARGO, Ivo; DE SOUZA, Fábio Marques; DA SILVA, Viviane Alves. POSSIBLE PATHS FOR UNDERSTANDING HUMAN SCIENCES WITH MIKHAIL BAKHTIN. Open Minds International Journal, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2020.

DI CAMARGO, Ivo; DE SOUZA, Fábio Marques; DA SILVA, Viviane Alves. POSSIBLE PATHS FOR UNDERSTANDING HUMAN SCIENCES WITH MIKHAIL BAKHTIN. Open Minds International Journal, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2020.

DNIT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Vila Bom Destino. Disponível em: <<https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/portais-tematicos/concilia-br-381/comunidade/comunidades/vila-bom-destino>>. Publicado em 16/07/2020. Acesso em: 19 de maio de 2024.

DO NASCIMENTO, Maria Lívia; SCHEINVAR, Estela. De como as práticas do conselho tutelar vêm se tornando jurisdicionais. Aletheia, n. 25, p. 152-162, 2007.

FARIA, Ana Amélia Cypreste; BARROS, Vanessa de Andrade. Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. *Psicologia & sociedade*, v. 23, p. 536-544, 2011.

FERREIRA, Arthur Vianna; MACHADO, Júlia Abreu; LYRA, Thiago da Silva. Práticas socioeducativas na educação não escolar: entre a dialogicidade de Paulo Freire e a convivência de Xesús Jares. *Revista@ mbienteeducação*, v. 12, n. 1, p. 10-23, 2019.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, Carmen Regina Teixeira. *Ser quilombola, mulher e negra: a agência do coletivo de mulheres Empodere Se do Quilombo de Pinhões*. 2019. 182 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2019.

GUIMARÃES, André. Ontologias da adolescência e ato infracional: uma revisão integrativa da década (2011-2020). *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 33, p. e33008, 2023.

HIRSCHKOP, Ken. Inference and indexicality, or how to solve Bakhtin's problem with heteroglossia. *Language Sciences*, v. 97, p. 101544, 2023.

LEMINSKI, Paulo. Já era uma vez. In: LEMINSKI, Paulo. *Gozo fabuloso*. DBA, 2004.

MC ALE. *Perdoa mãe*. São Paulo: Kondzilla Records: 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JJA5fdPysjU&list=PLzFcNTgv49JlswIVQJKZnjN1NtwH6_V_&index=84&t=0s. Acesso em: 25 abr. 2023.

MEDEIROS, Vítor Queiroz de. Educacionalização do direito de punir: Uma análise sociológica da emergência do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). *Plural: Revista de Ciências Sociais*, v. 27, n. 1, p. 282-304, 2020.

MINAS GERAIS. Disponível em <<https://www.2015-2018.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/educacao-escolar-resgata-orgulho-quilombola-em-minas-gerais>>. Acesso em: 19 de maio de 2024.

NAVES, Renata Magalhães. Experiência estética e posicionamento ético: a arte com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. 2019. 194 f., il. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

OLIVEIRA, Maria Claudia Santos Lopes de. Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica. *Psicologia em estudo*, v. 11, p. 427-436, 2006.

OLIVEIRA, Patrícia Carvalho de et al. “Sobrevivendo”: vulnerabilidade social vivenciada por adolescentes em uma periferia urbana. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 24, p. e190813, 2020.

PEIXOTO, Roberto Bassan. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo como mecanismo de regulamentação da punição. *Conhecer: debate entre o público e o privado*, v. 11, n. 27, p. 134-149, 2021.

PIMENTEL, Elaine; RODRIGUES, Nathália; SILVA, Raísa Alves da. A prisionização de agentes de segurança socioeducativos das unidades de internação da superintendência de assistência socioeducativa (Sase) em Maceió e seus efeitos sobre a execução da medida socioeducativa de internação. *Revista da ESMAL*, v. 1, p. 275-297, 2016.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL [PNAS (2004)]. Resolução 145/2004. Brasília, DF: CNAS, [2020]. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

RECHDAN, Maria Letícia de Almeida. Dialogismo ou polifonia. *Revista de Ciências Humanas*, v. 9, n. 1, p. 45-54, 2003.

ROTTMANN, Hans Gert; RATTO, Cleber Gibbon; GERALDI, Daniel Andrade. A profissão de jogador de futebol profissional: uma realidade factível ou um sonho distante para os jovens adolescentes brasileiros? *Research, Society and Development*, v. 11, n. 16, p. e339111637387-e339111637387, 2022.

SANTA LUZIA. Disponível em <<https://www.santaluzia.mg.gov.br/v2/index.php/cultura/comunidade-quilombola-de-pinhoes/>>. Acesso em: 19 de maio de 2024.

SCHEINVAR, Estela. Conselho tutelar e escola: a potência da lógica penal no fazer cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, p. 45-51, 2012.

SILVA, Brisana Índio do Brasil de Macêdo; MACEDO, João Paulo. Municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto: O CREAS na cena do debate. *Revista Psicologia Política*, v. 20, n. 47, p. 102-118, 2020.

SOUZA, Solange Carvalho; LARA, Isabel Cristina Machado. Intervenções Etnomatemáticas: O prazer de montar origamis entre os adolescentes em conflito com a lei. *Revista Latinoamericana de Etnomatemática*, v. 10, n. 3, p. 275-292, 2017.

VARELA, Daniel Rodrigues Silva Fernandes. O sistema socioeducativo numa sociedade punição: reflexões foucaultianas. *Cadernos de Educação*, v. 22, n. 44, p. 19-33, 2023.